



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SOCIOECONÔMICO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Patrick Santos

**O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e seus desafios para o sistema financeiro multilateral**

Florianópolis  
2021

Patrick Santos

**O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e seus desafios para o sistema financeiro multilateral**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em Relações Internacionais

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti

Florianópolis  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Patrick

O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e  
seus desafios para o sistema financeiro multilateral /  
Patrick Santos ; orientador, Patrícia Fonseca Ferreira  
Arienti, coorientador, Danielle Jacon Ayres Pinto, 2021.  
82 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em  
Relações Internacionais, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Banco de Desenvolvimento.  
3. Política Externa Chinesa. I. Fonseca Ferreira Arienti,  
Patrícia. II. Jacon Ayres Pinto, Danielle. III.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em Relações Internacionais. IV. Título.

Patrick Santos

**O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e seus desafios para o sistema financeiro multilateral**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Fernando Seabra

Universidade Federal de Santa Catarina

Dra. Desirée Almeida Pires

Universidade Estadual de Campinas

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Profa. Dra. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti

Orientadora

Florianópolis, 2021.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, Amazonina de Castro Brasil e Fernando Rodrigues dos Santos, pelo apoio incondicional, em especial num período tão conturbado como o que foi atravessado durante a pandemia de COVID-19. Sou muito grato por terem sido um exemplo de perseverança a ser seguido, e por todo o esforço feito para a minha formação.

Gostaria de agradecer aos professores da Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFSC com quem convivi, pelos ensinamentos e aprendizados. Em especial, quero agradecer à minha orientadora, professora Patrícia Arienti, por ser uma referência não somente acadêmica e como pesquisadora, mas por fazer parte da minha formação pessoal e profissional desde 2009, quando fiz parte da primeira turma de graduação em Relações Internacionais da UFSC. Professora, obrigado por acreditar no meu potencial.

Agradeço aos meus grandes amigos Maria Cristina Baggio e Marcos Fernando Passero, pelas longas conversas durante a realização desta dissertação, que me incentivaram a seguir em frente. Obrigado por serem bons companheiros.

Agradeço à CAPES pelo apoio no desenvolvimento deste estudo.

## RESUMO

A ordem internacional liberal, delineada e formada ao fim da Segunda Guerra Mundial, foi responsável pela criação de mecanismos que garantiram uma série de benefícios à comunidade das nações: a manutenção da paz mundial, o aumento da interdependência econômica e das trocas comerciais internacionais, além da busca da manutenção dos direitos humanos globalmente. Os Estados Unidos, grandes vencedores da Segunda Guerra, foram os fiadores desse ordenamento, que de uma forma ou de outra acabaram por beneficiar seus interesses econômicos e políticos. Um desses mecanismos criados e aperfeiçoados com a ordem internacional liberal é o sistema institucional multilateral universal. Porém, a ordem internacional liberal e o multilateralismo passam por um momento de enfraquecimento. Os Estados Unidos não mais teriam a capacidade material e política para sustentar o ordenamento como faziam anteriormente. A China, que emerge desde os anos 1990 como uma grande potência econômica, militar e política, vem ocupando espaços de liderança que anteriormente não fazia, e passa a desafiar a ordem liderada pelos Estados Unidos. Esta dissertação trata de uma leitura acerca dos mecanismos pelos quais a China tem utilizado para fortalecer seu poder no âmbito das relações internacionais a fim de se tornar um líder regional. Para tanto, a China tem construído uma série de instrumentos multilaterais de forma própria. O objetivo deste trabalho é analisar, em especial, um destes novos instrumentos multilaterais, criado em 2016, e que se caracteriza como um banco multilateral de desenvolvimento voltado a projetos em infraestrutura na região asiática: o *Asian Investment Infrastructure Bank* (AIIB, em português Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura). Busca-se responder a pergunta de pesquisa: em que medida o AIIB se configura como uma estratégia de política externa da China? É detalhado como a criação do AIIB faz parte de uma estratégia maior, um plano de investimentos compreendendo 65% da população e 30% do PIB mundial: a iniciativa da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative, BRI*). Constatou-se que o AIIB se configura como um mecanismo de poder chinês que não desafia a ordem liberal como um todo, mas adiciona uma variável diferente no ordenamento internacional, pois é ancorado em políticas tipicamente chinesas. Conclui-se com o trabalho que a China não busca reformar o sistema, apenas está ocupando um espaço que lhe é cabido frente à sua cada vez maior importância política.

**Palavras-chave:** Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB); Multilateralismo; China.

## ABSTRACT

The liberal international order, designed and formed at the end of World War II, was responsible for the creation of mechanisms that ensured a series of benefits to the community of nations: the maintenance of world peace, the increase in economic interdependence and international trade, in addition to the pursue of maintenance of human rights globally. The United States, great winners of World War II, were the guarantors of this order, which in one way or another ended up benefiting its economic and political interests. One of the mechanisms created and perfected by the liberal international order is the multilateral institutional system. However, the international liberal order and the multilateralism are undergoing a weakening moment. The United States no longer have the material and political capacity to sustain the order as it did before. China, which has emerged since the 1990s as a great economic, military and political power, has been occupying leadership spaces that were not occupied before, and is now challenging the order led by the United States. This dissertation is about the mechanisms by which China has used to strengthen its power in the scope of international relations, in order to become a regional leader. To do so, China has been building a series of multilateral instruments on its own way. The goal of this work is to analyze, in particular, one of these new multilateral instruments, created in 2016 and which stands out as a multilateral development bank focused on infrastructure projects in the Asian region: the Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB). We seek to answer the research question: to what extent the AIIB is configured as a foreign policy strategy for China? It details how the creation of the AIIB is part of a larger strategy, an investment plan comprising 65% of the population and 30% of the world's GDP: the Belt and Road Initiative (BRI). It was found that the AIIB is configured as a Chinese power mechanism that does not challenge the liberal order as a whole, but it adds a different variable to the international order, as it is anchored in Chinese ways of doing politics. It is concluded with the work that China does not seek to reform the system, it is only occupying a space that it's due, since its growing political importance.

**Keywords:** Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB); Multilateralism; China.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Antiga Rota da Seda.....	38
Figura 2 - A <i>Belt and Road Initiative</i> .....	40
Figura 3 - Braço Marítimo da BRI ( <i>Belt and Road Initiative</i> ).....	41
Figura 4 - Valor total dos financiamentos do AIIB por setor (em milhões de US\$).....	57
Figura 5 - Alocação dos recursos do AIIB por setor (em porcentagem).....	57



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Lista de Projetos Aprovados pelo AIIB até Agosto de 2021.....	48
--	----

## LISTA DE SIGLAS

AfDB – *African Development Bank*

AIIB – *Asian Investment Infrastructure Bank*

Asean – *Association of Southeast Asian Nations*

ADB – *Asian Development Bank*

BID – *Banco Interamericano de Desenvolvimento*

BIRD – *Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento*

BM – *Banco Mundial*

BMD – *Banco Multilateral de Desenvolvimento*

BRI – *Belt and Road Initiative*

BRICS – *Brasil, Rússia, Índia, China and South Africa*

CMIM – *Chiang Mai Initiative Multilateralisation*

EBRD – *European Bank for Reconstruction and Development*

EUA – *Estados Unidos da América*

FMI – *Fundo Monetário Internacional*

GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade*

GIF - *Global Infrastructure Facility*

IsDB – *Islamic Development Bank*

MDB – *Multilateral Development Bank*

MERCOSUL – *Mercado Comum do Sul*

NDB – *New Development Bank*

OCDE – *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico*

ODA - *Official Development Assistance*

ONU – *Organização das Nações Unidas*

OMC – *Organização Mundial do Comércio*

PIB – *Produto Interno Bruto*

RCEP – *Regional Comprehensive Economic Partnership*

SCO – *Shanghai Cooperation Organization*

TPP – *Trans Pacific Partnership*

TTIP – *Transatlantic Trade and Investment Partnership*

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	12
1.1)	Objetivos.....	15
1.1)	Metodologia e Plano da Obra .....	16
2	O SISTEMA MULTILATERAL COMO PALCO DE DISPUTA HEGEMÔNICA.....	18
2.1)	A Ordem Internacional Liberal.....	18
2.2)	A Crise do sistema multilateral.....	21
3	A ASCENSÃO CHINESA E SUAS ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL NO SÉC. XXI .....	33
3.1)	O reposicionamento político e econômico de uma sociedade milenar.....	33
3.2)	A iniciativa da Nova Rota da Seda .....	36
4	O BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA NO CONCERTO MULTILATERAL.....	45
4.2)	O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura como ferramenta do multilateralismo chinês .....	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	70
6	REFERÊNCIAS.....	75

## 1 INTRODUÇÃO

As relações internacionais, a partir do final da Segunda Guerra mundial, passam por um momento de relativa estabilidade sistêmica. Desde esse período, as principais potências não se envolvem em nenhuma guerra entre si, a interdependência econômica deu um grande salto, bem como a cooperação internacional nas mais diversas áreas, como meio ambiente, finanças, trabalho, comércio, entre outros. Muito desse sucesso se deve, pois um ordenamento internacional robusto foi criado. Certamente esse ordenamento utilizou elementos de ordens anteriores (como o respeito à soberania), os aperfeiçoou e adicionou novos elementos. Para distinguir o ordenamento internacional atual dos anteriores, autores o nomeiam como ordem internacional liberal (Stephen e Skidmore, 2019).

A ordem internacional liberal é constituída de uma série de instituições internacionais que permitem o exercício do poder na esfera internacional com propósitos sociais liberais. Nem todas as características desta ordem são entendidas como liberal per se. Certos elementos, como soberania, comércio internacional e cooperação baseada em regras foram introduzidos no sistema internacional anteriormente. Mas algumas características distinguem a ordem do pós-Segunda Guerra.

Em primeiro lugar, a ordem internacional liberal aloca e exerce formas de poder por meio do institucionalismo (através das organizações multilaterais, nos mais variados setores). A cooperação internacional institucionalizada é, de fato, um fenômeno relativamente recente na história mundial. Organizações internacionais podem exercer poder diretamente (alocando ou retendo recursos, ou autoritariamente ao criar normas internacionais) e indiretamente (ao refletir as agendas dos Estados mais poderosos). Os Estados Unidos foram os principais fiadores da presente ordem, e ao longo das décadas continuaram a desfrutar os direitos e privilégios que favorecem seus interesses dentro das instituições multilaterais (como o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas [ONU], o Fundo Monetário Internacional [FMI] e o Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID]), seja ditando a agenda desses organismos, seja através do seu maior peso nas votações institucionais, ou ainda através do prestígio de liderar grandes acordos de cooperação (Ikenberry, 2009).

O sistema multilateral como conhecemos atualmente foi construído ao longo das décadas por meio de muita cooperação. Seu funcionamento garante a manutenção de uma

série instrumentos estabilizadores da ordem internacional. O ponto de partida para a criação desse ordenamento foi o estabelecimento do Sistema de Bretton Woods<sup>1</sup>.

Em segundo lugar, o ordenamento internacional liberal se faz distinguível, pois as instituições liberais incorporam propósitos sociais (que representam o conteúdo normativo e político) ditos liberais. Muitas instituições internacionais servem como fornecedores de valores liberais, incluindo direitos humanos, democracia e Estado de Direito, assim como noções econômicas liberais sobre as virtudes dos mercados e do capitalismo. Esses propósitos sociais das instituições na ordem liberal estão presentes nas regras e acordos que favorecem a alocação de recursos aos agentes favorecidos pelos instrumentos de mercado, priorizam a abertura econômica e nutrem concepções de direitos humanos centrados no individual, conceito mais adotado no mundo ocidental (Barnett e Finnemore, 2004). Um dos exemplos dessa normatização liberal de instituições multilaterais é o extenso receituário de medidas que um país deveria cumprir a fim de receber empréstimos e financiamentos do Banco Mundial e do FMI, as duas principais instituições financeiras multilaterais globais.

Essa estrutura, dominada pelos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial, de certa forma continua até os dias de hoje a pautar o desenvolvimento das relações internacionais. Porém, há claras demonstrações de enfraquecimento do ordenamento internacional liberal desde o final da Guerra Fria, nos anos 1990. Autores como Renard (2015), por exemplo, indicam que o multilateralismo liberal (uma relação coordenada entre três ou mais países, informal ou rígida) simbolizado pelo Sistema ONU, atualmente não acompanha mais a evolução das problemáticas internacionais como já o fazia anteriormente. O sistema liberal multilateral, apesar de ainda funcionar eficientemente em algumas questões, estaria passando por um momento de crise.

Pensar em um momento de “crise do sistema multilateral”, como defendem Hurrell (2013), Renard (2015) e Bown (2017), nos convida a entender se de fato isso é um acontecimento dado, e nos leva a imaginar quais adaptações as instituições internacionais são capazes de fazer com o intuito de se readaptar a realidade globalizada (com todas as suas nuances) da atualidade. Essas considerações acerca da “crise” do multilateralismo surgiram com mais ênfase no século XXI, e um grande exemplo desse fenômeno é a paralisação da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

---

<sup>1</sup> O sistema despontou após conferências na cidade de Bretton Woods e conseqüente assinatura de um acordo que ficou conhecido como Acordo de Bretton Woods. Nele, foram definidas regras, instituições e procedimentos que regulariam a política econômica internacional. Estabeleceu-se nesse acordo a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) [Com o passar dos anos, o BIRD passou a integrar o Banco Mundial] e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 1947 foi criado o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) que finalmente se incorporou ao sistema de Bretton Woods (Bouza, 2001).

Autores como Hurrell (2013) afirmam que na atualidade o sistema multilateral vive sob incerteza. O mundo que acompanhou o nascimento do ordenamento liberal pós-Segunda Guerra já não é o mesmo. Os países emergentes, cuja participação relativa no Produto Interno Bruto (PIB) mundial cresce e vem crescendo cada vez mais (como China e Índia, por exemplo) questionam princípios do multilateralismo liberal dominado pelo escrutínio norte-americano. É importante pontuar que a presente dissertação não considera que a ordem internacional necessite de uma hegemonia clara, mas uma hegemonia seria um fator estabilizante de um sistema que não possui uma hierarquia clara.

O início da pesquisa da presente dissertação parte do princípio de que a China busca se reposicionar dentro do concerto internacional liberal, e não busca uma reforma do sistema, uma vez que a mesma usufruiu de muitos benefícios de tal ordem. Há certo desafio chinês no que diz respeito ao seu posicionamento na ordem liberal, com uma busca de maior protagonismo. Para tanto, é de extrema importância contextualizar o reposicionamento chinês como grande *player* das relações internacionais. A China, durante o que se entende como idade média, conheceu um apogeu sem precedentes, sendo a região/Estado, mais rico e com a tecnologia mais avançada do mundo. Esse apogeu ocorreu entre meados do século X até o século XIV (Elvin 1973). Mas com a Revolução Industrial o centro do poder econômico, político e militar em nível mundial passou para a Europa Ocidental, e posteriormente, no século XX, para os Estados Unidos. O que se vê na atualidade é o reposicionamento chinês a um lugar de bastante destaque, e que não é inédito em sua história.

No século XXI, a ascensão econômica da China se destaca no mundo. O processo foi impulsionado pelas reformas e abertura realizadas por Deng Xiaoping (1978-1989) após o período de reclusão do governo Mao Tsé-Tung. A ascensão da China ao posto de segunda maior economia no mundo na atualidade modificou suas aspirações internacionais. Até o início dos anos 2000 a China crescia e se modernizava, mas adotava uma postura mais isolacionista. Isso muda no presente século com o lançamento da estratégia *going global e going global 2.0* (sua extensão), que é uma estratégia de inserção de empresas chinesas no exterior. A partir de 2002, a China passou a fornecer uma série de incentivos para promover a internacionalização das suas empresas, desde mecanismos de financiamento até a facilitação do processo administrativo para a realização de investimentos diretos no exterior (Acioly e Leão, 2011).

A eleição do atual presidente chinês, Xi Jinping também marca a real mudança de postura da China nas relações internacionais, de um país mais isolacionista, para uma postura mais proativa. Essa modificação culminou com uma continuação da estratégia *going global*: o

lançamento da iniciativa da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative, BRI*), um vasto plano de integração econômica e de infraestrutura encabeçado pela China que englobou mais de 60 países no seu início (Chin e He, 2016) e que na atualidade conta com a participação de cerca de 140 países. A BRI é uma iniciativa chinesa histórica que visa conectar povos ao redor do mundo, em especial países do seu entorno regional asiático, mas que vai além, chegando à Europa, à África e à América (com seu corredor marítimo).

De forma a materializar a iniciativa da Nova Rota da Seda, a China criou uma série de instrumentos financeiros, sendo o mais importante o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (*Asian Infrastructure Investment Bank, AIIB*). Esse é um passo significativo, pois é a criação de uma instituição multilateral que não é liderada pelos países que historicamente encabeçaram as instituições multilaterais, como os Estados Unidos e o Japão.

O AIIB é banco multilateral regional que atua na região da Ásia e Oceania, mas membros de outras regiões também fazem parte de sua estrutura. No ato de criação, o AIIB possuía 57 membros (37 países da região asiática, e o restante de outras regiões). Em agosto de 2021 esse número saltou para 103 membros. Até agosto de 2021, 134 projetos foram contemplados pelo banco, com o montante de financiamento chegando a US\$ 26,45 bilhões (AIIB, 2021).

Parte-se da hipótese de que a China, com o AIIB, não busca reformar a ordem internacional liberal, mas ocupar um lugar de maior protagonismo nas relações internacionais, em especial nos instrumentos de financiamento multilaterais, que por décadas foram monopolizados pelos Estados Unidos, e na Ásia, pelo Japão. Ao criar o AIIB, a China pode ocupar esse lugar de protagonismo ao mesmo tempo em que molda de alguma forma seu funcionamento de acordo com seus interesses. Uma das questões mais relevantes do presente estudo é buscar entender de que maneira o AIIB é uma ferramenta da política externa chinesa.

### 1.1) Objetivos

#### Objetivo Geral:

- Compreender de que maneira o AIIB representa uma estratégia de política externa da China.

#### Objetivos Específicos:

- Discutir os desafios que a ordem internacional liberal passa, e em que medida a China, com o AIIB, representa uma variável modificadora dessa ordem.
- Entender o reposicionamento do Estado chinês como grande ator das relações internacionais, ao ponto de fundar e liderar organismos multilaterais como o AIIB e o New Development Bank (NDB).
- Descrever e analisar as políticas creditícias do AIIB, especialmente no que se distinguem e se assemelham das políticas de bancos de desenvolvimento regionais tradicionais.

### 1.1) Metodologia e Plano da Obra

Em termos metodológicos, a natureza do objeto desta pesquisa envolve um fenômeno qualitativo: a decisão da China de criar novos mecanismos multilaterais (especificamente o AIIB), e de que forma essa decisão modifica o sistema internacional já existente. Uma parte do trabalho será de natureza quantitativa no sentido de fazer um apanhado financeiro e setorial sobre todos os projetos já aprovados pelo AIIB até agosto de 2021.

A pesquisa apresenta uma característica explicativa e interpretativa, uma vez que procura identificar os principais fundamentos da ordem internacional liberal e seu momento de fragilidade, a ascensão chinesa como potência político-econômica na Ásia, e a criação do AIIB como um instrumento que materializa sua liderança regional.

A fim de se alcançar os objetivos da pesquisa, a investigação bibliográfica e as análises documentais explorarão autores ocidentais, bem como chineses. Ademais, serão utilizados pronunciamentos do governo da República Popular da China, através de seus canais de comunicação oficiais.

Pontualmente o presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro trata da conceituação e análise da ordem internacional liberal, debatendo o que se entende por ordem internacional. Em seguida faz-se um apanhado de todas as questões relevantes ao multilateralismo, desde sua concepção até o momento de “crise” que por ventura está passando desde o fim da Guerra Fria. Em seguida se discute teoricamente o papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento na ordem internacional.

O segundo capítulo trata da ascensão econômica e política da China nas últimas décadas, com especial atenção e foco para suas estratégias de inserção internacional mais relevantes no século XXI: a estratégia *going global*, e a iniciativa da Nova Rota da Seda. Em



seguida tem-se uma discussão teórica de que modo países emergentes podem desafiar a ordem internacional, lembrando que a completa assimilação ao ordenamento também seria uma opção.

O terceiro capítulo versará sobre o AIIB, banco este que se enquadra dentro da estratégia chinesa de maior projeção internacional, e parte integral para a materialização da iniciativa da Nova Rota da Seda. Busca-se um diálogo sobre a forma com que o AIIB pode ser conduzido a fim de ser um ator disruptivo na ordem multilateral liberal, devido a certas características que podem ser vistas como pioneiras dentre os bancos de desenvolvimento internacionais.

## **2 O SISTEMA MULTILATERAL COMO PALCO DE DISPUTA HEGEMÔNICA**

O presente capítulo realizará uma revisão bibliográfica, conceitual e analítica acerca da ordem econômica internacional liberal construída ao final da Segunda Guerra Mundial (seção 2.1). Ao longo da seção se buscará entender como essa ordem liberal se formou, se solidificou, alcançou o ápice e agora passa por um momento de enfraquecimento e desafio. Esta seção visa indicar a importância deste instrumental no que diz respeito ao entendimento dos desdobramentos às relações internacionais

Ao mesmo tempo será feito um apanhado histórico e analítico acerca do multilateralismo neste capítulo (seção 2.2). O multilateralismo pode ser visto como parte integrante da ordem internacional liberal existente, e juntamente com esta ordem passa por um momento de declínio. Nesta seção, se versará sobre o momento de crise que o sistema multilateral passa.

Esses temas (ordem internacional liberal e seu declínio) são importantes, pois podemos compreender como a China responde a essas questões como um poder emergente. De que maneira a criação de novos mecanismos multilaterais como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura modifica ou não essa ordem.

Na terceira parte do capítulo (seção 2.3) será feita uma discussão do papel desempenhado pelos bancos multilaterais de desenvolvimento na ordem internacional. Essa seção é relevante uma vez que o principal objeto de estudo do presente estudo versa sobre um banco multilateral de desenvolvimento, o AIIB.

### **2.1) A Ordem Internacional Liberal**

Quando o século XIX começou, a democracia liberal ainda era um experimento político novo e frágil, um vislumbre político dentro de um mundo dominado pela monarquia, e pelos impérios. Duzentos anos depois, no início do século XXI, as democracias liberais, em especial as potências ocidentais, foram capazes de dominar o espectro econômico, político e social do mundo, comandando grande parte do PIB internacional. Ao longo desses séculos, a revolução industrial se desenrolou, o capitalismo expandiu suas fronteiras até englobar todos os territórios do planeta, os Estados europeus construíram impérios extensos, o sistema moderno de Estados se enraizou, e, ao fim da Segunda Guerra Mundial, um ordenamento

internacional chamado liberal se desenhou como estrutura das relações internacionais. Esse ordenamento é balizado por um conjunto de ideias e agendas que as democracias liberais buscaram organizar o mundo, mesclando elementos ditos liberais, com outros de ordenamentos anteriores (como respeito à soberania).

Mas o que seria uma ordem internacional? E de que forma a ordem internacional do pós-Segunda Guerra (chamada liberal) é diferente das anteriores?

Bermejo (1994, p.69) entende o conceito de ordem internacional como “o conjunto de princípios, regras e práticas, privadas e públicas, aplicadas a organizar as relações econômicas entre os agentes que atualmente determinam a sociedade internacional: Estados, Organizações internacionais e Grupos Internacionais”. Souza (1994) entende a ordem internacional emergindo da própria práxis internacional, dos costumes, dos tratados e das negociações.

O conceito de ordem internacional que utilizaremos no presente trabalho é explicado de modo conciso por Barnett (2021):

Ordem Internacional diz respeito a como instituições, leis e normas produzem e mantêm padrões de regras e ações. As teorias das relações internacionais podem ser categorizadas de acordo com o fato de conceituarem a ordem pelo equilíbrio relativo entre coerção e consentimento. [...] A maioria das teorias de relações internacionais aceita que a legitimidade é crítica à ordem internacional. Uma exceção importante é o neorealismo que insiste que a ordem é produzida somente por fatores materiais (Barnett, 2021, p. 4-5, tradução nossa).

Finalmente é importante caracterizar o que se denominou como ordem internacional liberal, que passa na atualidade por um momento de enfraquecimento.

O pós Segunda Guerra alçou os EUA à posição de líder incontestável (uma vez que as outras economias industriais foram extremamente afetadas pelos esforços de guerra). A posição hegemônica de alguma forma recuaria com a retomada de outras economias industriais, mas a posição artificial de superpotência estimulou os EUA a assumirem quase que completamente as contribuições para a manutenção da ordem internacional, o que, no longo prazo, excederiam sua capacidade. Os EUA se comprometeram com a reconstrução da economia internacional de cunho liberal.

A ordem econômica internacional após a segunda guerra apresenta vários traços identificadores, a saber: perda de uma parcela da soberania dos Estados em favor da interdependência dos inúmeros espaços econômicos nacionais; a cooperação econômica internacional; a institucionalização da cooperação, mais no âmbito universal que regional; o multilateralismo em oposição ao bilateralismo; liberdade e não discriminação nas transações econômicas internacionais, incluindo a liberação do câmbio e reciprocidade; concretização da cláusula da nação mais favorecida incondicional; supressão das restrições comerciais, livre conversão de moedas e taxas de juros estáveis (Batista, 2005).

Devido a essas e outras características, a ordem internacional do pós-segunda guerra é caracterizada como liberal. Muitas de suas características podem ainda ser identificadas nos dias de hoje. Pela primeira vez, todas as principais economias capitalistas eram politicamente aliadas. “Possivelmente, a maior contribuição norte-americana à ressurgência e ao sucesso da economia internacional liberal era política e psicológica” (Gilpin, 2002, p.376).

Cabe salientar também o conceito de liberalismo “embutido”, que seria o tipo de liberalismo adotado ao fim da Segunda Guerra e que seria

um meio termo [entre o liberalismo clássico, onde o mercado era o único ator relevante, e um grau de regulamentação estatal], um caminho alternativo. Ao contrário do nacionalismo econômico dos anos 1930, teria formato multilateral; ao contrário do liberalismo ortodoxo do padrão ouro e do mercado livre, seu multilateralismo seria baseado no intervencionismo doméstico (Yokozawa, 2014, p.15).

As principais diferenças entre esse ordenamento liberal e os ordenamentos anteriores são alguns princípios. Em primeiro lugar, a convicção nos benefícios da abertura econômica. Trocas comerciais e investimentos estrangeiros são constituintes da sociedade moderna, e as conexões e ganhos que fluem de um profundo engajamento e integração promovem a paz e o avanço político, segundo o liberalismo (Ikkenberry, 2018). Em segundo lugar, há o compromisso com um conjunto de relações baseados em regras e instituições internacionais, no multilateralismo. Essa faceta da ordem liberal internacional, o multilateralismo, será aprofundada na próxima seção deste capítulo (2.2). Em terceiro lugar, é a importância da cooperação entre países na área de segurança. Finalmente, a ordem internacional liberal passa pela consolidação de instrumentos que assegurem a propagação de temas entendidos como relevantes para as democracias liberais: os princípios de direitos humanos individuais e coletivos, a democracia representativa propriamente dita e o Estado de Direito (Barnett e Finnemore, 2004).

Mas as políticas excessivamente keynesianas e a Guerra do Vietnam minaram a capacidade americana de manter a *pax americana*<sup>2</sup>. A partir desse momento os EUA se tornaram uma nação menos sujeita a impor seus interesses em favor de aliados. Passaram de negligência benigna a desleixo maligno no cuidado da sua interação internacional (Cox, 1982).

A ordem econômica internacional continua liberal, mas a partir dos anos 1980 ganha uma conotação neoliberal.

---

<sup>2</sup> Cox (1982) identifica alguns períodos da história mundial como hegemônicos: o período identificado como *pax britânica* (1845-1875) e o período identificado como *pax americana* (1945 - final dos anos 1960).

As últimas décadas do século XX viram os EUA aprisionados em muitos compromissos internacionais (muito acima dos seus meios) em conjunção ao declínio do seu poder nacional, numa posição clássica de potência hegemônica em declínio. O financiamento do déficit americano poderia se dar com mudança em políticas comerciais, em aumento de taxas de juros para atração de investimento (o que pioraria o problema no longo prazo), e na “venda” dos *assets* (*seus recursos produtivos*) norte-americanos, o que de fato ocorreu (Barnett e Finnemore, 2004).

A ascensão de países que não se identificam com alguns preceitos liberais (como a China) prejudicou o contexto que sustentava a expansão de uma ordem internacional liberal. Desenvolveram-se o protecionismo, a instabilidade monetária e as crises econômicas. O compromisso com a ordem econômica liberal do pós-Segunda Guerra, deu lugar ao neoliberalismo, e mesmo esse novo rearranjo passa por um momento de incerteza. “Para que sejam evitados os conflitos entre potências capitalistas, é preciso dar uma nova base política à ordem econômica internacional e solucionar os problemas do bem-estar social” (Gilpin, 2002, p. 392).

Gilpin (2002) indica que a transição da hegemonia americana para a próxima tem sido e continuará sendo difícil, caso haja uma próxima hegemonia. De toda forma, não há uma liderança política claramente definida como na época do pós-Segunda Guerra. “Objetivos econômicos e políticos conflitantes tornam improváveis a cooperação internacional e a liderança plural da economia mundial” (Gilpin, 2002, p. 441). A nova ordem econômica internacional, de meados da década de 1980, se caracteriza por sistemas mistos de acordos multilaterais, regionais e protecionistas, podendo ou não ser estável. A liberalização pós-guerra acabou e sabe-se que “a única certeza eu temos é a de que está surgindo uma nova política internacional” (Gilpin, 2002, p. 444). Mas como é uma ordem cujos resultados ainda estão em aberto, há muita incerteza acerca dos seus resultados práticos.

## 2.2) A Crise do sistema multilateral

Há certo debate acerca de uma possível crise que os sistemas multilaterais, especialmente universais, passam quanto a sua eficácia e capacidade de resolução de problemas. Essas considerações acerca da “crise” do multilateralismo surgiram com mais ênfase no século XXI, e sua exemplificação máxima se dá com a paralisação da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). A Rodada Doha, também chamada Rodada do

milênio, foi aberta em 2001 e desde então pouco progresso houve no sentido de sua finalização.

Renard (2015) indica que o bilateralismo, uma relação entre dois Estados, costuma ser a regra nas relações internacionais (de acordo com a ONU, há cerca de 50000 tratados bilaterais, comparados a 3500 multilaterais universais). Os acordos bilaterais, ou instituições bilaterais podem ou não ser assimétricos, devido à diferença de capacidades dos atores, ao poder relativo das partes. Essa configuração predomina em assuntos de comércio, investimento e segurança. O multilateralismo seria uma relação coordenada entre três ou mais países, relação essa informal ou rígida. Dentro do multilateralismo há o multilateralismo universal, que abrange a quase totalidade dos Estados (a Organização das Nações Unidas seria um exemplo) e o multilateralismo regional, que seria o relacionamento multilateral entre países de uma região delimitada (um exemplo é o MERCOSUL, delimitado territorialmente na América do Sul).

Segundo Renard (2015), a tendência nos anos recentes é a de estabilização da quantidade de instituições multilaterais após um declínio agudo com a chegada dos anos 2000. O autor indica que a desaceleração de criação de instrumentos multilaterais se deve à inadequação do direito internacional em lidar com a sociedade internacional cada vez mais diversa e complexa, com a redefinição de competências e atribuições dos Estados. Como exemplo, o autor aponta a questão do terrorismo, que é uma questão de segurança que os Estados nacionais, de modo geral, têm muito mais dificuldade em resolver se comparados à ameaça da guerra formal, pois o terrorismo não envolve um tipo de ameaça soberana tradicional. As fontes de poder e financiamento de células terroristas seriam muito mais difíceis de rastrear, conseqüentemente seriam mais difíceis de serem eliminadas. Além da questão do terrorismo, as atribuições do Estado estão cada vez mais turvas, desde o fim do Estado de bem-estar social. A ideologia neoliberal teria deixado pouca margem para uma agência do Estado, conseqüentemente suas atribuições econômicas e sociais são diferentes de quando o sistema multilateral liberal foi estabelecido. A fim de ilustrar a diminuição na criação de instrumentos multilaterais nos últimos anos, o autor aponta que na década de 1990 foram celebrados 406 tratados multilaterais, já nos anos 2000 foram 262.

Renard (2015) indica que a adoção cada vez mais comum de acordos bilaterais, ou mesmo regionais em detrimento de multilaterais, não implica uma mudança significativa para o bilateralismo, mas apenas um reequilíbrio. O bilateralismo/regionalismo pode ser complementar ao multilateralismo. Outros autores como Schwab (2011) são mais pessimistas em relação à proliferação dos acordos bilaterais e regionais. Segundo a autora, os acordos

bilaterais e regionais são de pouca qualidade, se comparados aos acordos multilaterais universais, além disso, os acordos bilaterais e regionais de certa forma discriminam os países não signatários, o restante do sistema multilateral universal. Um acordo multilateral poderia contribuir mais para o bem-estar global do que o melhor dos acordos regionais. O multilateralismo endereçaria melhor os desafios sistêmicos internacionais.

Bown (2017) identifica uma tendência da cooperação internacional nos mega-acordos regionais, como a Trans-Pacific Partnership (TPP)<sup>3</sup>, o Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP)<sup>4</sup> e o embrionário Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP)<sup>5</sup>. Esses acordos seriam amplos, incluindo regras para barreiras não-tarifárias ao comércio (incluindo temas como saúde, trabalho e meio-ambiente, e-commerce e empresas estatais). Porém, o autor indica que a ascensão do regionalismo também incorre em ameaças ao multilateralismo: os acordos regionais seriam discriminatórios, o que levaria a distorções de mercado. O autor discorre acerca dos grandes benefícios que o sistema multilateral universal traz para a cooperação internacional, estabilizando e permitindo à governança global um papel mais inclusivo.

O sistema multilateral universal estabeleceu um fórum para troca de informações entre os países, negociação, um espaço de trocas, enfim. Como exemplo, a OMC estabeleceu um fórum para resolução de disputas (com o sistema de resolução de controvérsias), além de criar fóruns técnico-administrativos que padronizaram a apresentação de relatórios sobre o comércio e economia mundiais, o que trouxe mais transparência e disseminação de informações, conseqüentemente diminuindo incertezas e colaborando para a promoção da integração<sup>6</sup>. Para Bown (2017), a transparência é a característica primordial dos acordos multilaterais globais que poderia ser ameaçada pelo regionalismo.

---

<sup>3</sup> A Trans-Pacific Partnership (TPP, em português Parceria Transpacífica) é um acordo de livre comércio assinada por doze países: Singapura, Brunei, Nova Zelândia, Chile, Austrália, Peru, Vietnã, Malásia, México, Canadá e Japão. Os Estados Unidos inicialmente faziam parte do acordo, mas deixaram a parceria com o governo de Donald Trump.

<sup>4</sup> A Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP, em português Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento) é uma proposta de acordo de livre comércio entre Estados Unidos e União Europeia.

<sup>5</sup> A Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP, em português Parceria Regional Econômica Abrangente) é uma proposta de tratado de livre comércio que abrange países da região Ásia-Pacífico: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietnã, China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

<sup>6</sup> As instituições são peças fundamentais do sistema multilateral. As instituições são espaços de diálogo, canais de comunicação que proveem informação aos atores (Keohane, Martin, 1995). Deve-se entender que a perspectiva neoinstitucionalista entende o sistema internacional como anárquico, e que essa anarquia, uma condição estrutural, gera incerteza aos atores quanto ao seu desenvolvimento e mesmo existência (questões econômicas e de segurança, entre outros). Quanto maior informação os países e atores obtêm das instituições,

A cada vez maior globalização e interdependência (identificadas com a internacionalização da regulação financeira, das epidemias e a ameaça de terrorismo) criam uma nova demanda por multilateralismo universal. Mas é pertinente considerar se a universalidade é atrapalhada pela pluralidade de objetivo nas distintas áreas de interesses do concerto multilateral, uma vez que quanto menos o grupo, mais fácil a cooperação, mas quanto maior o grupo, mais multilateral é o arranjo cooperativo. Outra ameaça ao multilateralismo é a questão de os Estados hegemônicos, como os Estados Unidos, exercerem seu poder independentemente do acerto multilateral anteriormente vigente (Bown, 2017).

Atualmente, para Hurrel (2013), o multilateralismo é visto sob o prisma de fluidez e grande incerteza. O sistema internacional é entendido cada vez mais pela difusão de poder, ideias e valores, com a reabertura de grandes questões de organização social, econômica e política que supostamente tinham sido finalizadas com o fim da Guerra Fria e a ascensão neoliberal. Estamos testemunhando os desafios mais fortes à ordem global construída pelos Estados Unidos. Esses desafios também levantam questionamentos acerca da posição de prestígio e dominância anglo-americana e eurocêntrica de construção da governança econômica global desde o século XIX.

Nos anos 1990 a ordem global era amplamente entendida sob a lente do internacionalismo liberal ou solidarismo liberal. O caminho da comunidade de nações parecia sair de um mundo Westfaliano, com papéis formais e informais para instituições internacionais, e com um incremento de intromissão de agentes internacionais em questões domésticas. Mas os objetivos de liberais dos anos 1990 não tinham bases suficientemente sólidas, e se mantinham devido ao poder que os EUA e os países desenvolvidos ocidentais atingiram, brevemente, como centro unipolar de poder (Hurrel, 2013).

Hurrell (2013) entende que há na atualidade uma ordem mista ou híbrida (pós-Westfaliana) com implicações em cinco áreas (instituições, atores, equilíbrio entre Estados e mercados, agrupamentos de Estados e políticas domésticas).

Em relação a instituições, muitos fatores e forças estão por trás da complexa e fragmentada estrutura de governança que existe na maioria das áreas. Muito tem a ver com a dinâmica da globalização. O período após anos 1990 testemunhou um incremento em diferentes tipos de grupos informais, clubes, concertos e coalisões. Isso é reforçado pela percepção que o multilateralismo formal pode ser legítimo, mas uma forma ruim de alcançar

---

maior a probabilidade de haver cooperação e menor incerteza e risco proporcionados pelo Estado de anarquia do sistema. Com a informação proporcionada pelas instituições, é possível seguir políticas que maximizem a utilidade.



acordos (vide as negociações climáticas de Copenhague), além de não efetivas se tratado de sua execução (vide as sanções ao Irã). Há ceticismo pragmático em relação ao multilateralismo. Há o que se chama de multilateralismo bagunçado, onde uma série de questões é tratada por atores variados, de acordo com a importância de tal ator para a resolução do tema, formando um mosaico de diferentes grupos (Hurrell, 2015).

Em relação a atores, o autor indica que multilateralismo funcionou bem após 1945, pois não era muito multilateral. Ele era focado nos países centrais ocidentais. Hoje isso é inaceitável, devem-se levar em conta muitos outros atores para se chegar numa governança. Uma consequência dessas mudanças é a heterogeneidade de interesses, uma vez que países como China, Índia e Brasil têm interesses focados em seu desenvolvimento, por exemplo (Hurrell, 2015).

Em relação a Estados e mercados, a questão fundamental é se os Estados conseguem restabelecer a autoridade em relação aos mercados, depois das crises financeiras. A princípio foi evidente que os mercados necessitavam da ajuda estatal, que injetava dinheiro a fim de que a crise não se agravasse. Porém, a falta de progresso sobre a regulação financeira global ilustra a falta de capacidade de líderes e países ocidentais de controle do poder transnacional e do capital global. O excessivo foco na mudança de poder em direção aos países do sul também obscurece e confunde a questão. “Estamos vendo a transformação do capitalismo global de um centro velho ancorado em Estados de industrialização avançada num muito mais global e através de uma ordem capitalista trans nacionalizada” (Hurrell, 2013, pp. 34-35). A mudança sistêmica tem a ver com desdobramentos de um capitalismo não territorial feito de muitos fluxos e marcado pela instabilidade, desigualdade e novos padrões de estratificação.

Em relação aos agrupamentos políticos, sua característica é de fluidez e incerteza. Uma das mais importantes questões relativas à ascensão de países emergentes é a categorização de países do Sul/Norte como categorias estruturantes do sistema internacional. De um lado, muitos poderes emergentes não podem ser tratados como menos responsáveis em diversos temas, como questões climáticas e questões comerciais. Por outro lado, a ideia Norte/Sul ainda tem algum papel estrutural, tendo como exemplo o modo como questões de segurança são percebidas no Sul (focada em inseguranças internas e na sobrevivência de regimes), ao contrário de como são percebidas pelos países do Norte. Estamos vendo uma série de negociações entre Norte e Sul sobre a natureza da agenda da governança global. De toda forma, há muitas áreas de comum interesse em que países do Sul ainda não são os tomadores de decisão em si. O grau de contestação provê mais desafios à intensão de haver de fato multilateralismo efetivo (Hurrell, 2015).

Newman, Thakur e Tirman (2006) indicam que o princípio fundamental do multilateralismo (a cooperação organizada entre três ou mais países), com todas as suas limitações, não está em crise. Por outro lado, os valores e instituições do multilateralismo da forma constituída que se encontra estão sob ameaça.

Não há porque concluir que o princípio geral do multilateralismo, que se refere à coletividade e à ação cooperativa entre Estados, está em crise. Diversas áreas requerem ações conjuntas de Estados para sua manutenção. Essas ações multilaterais ordenam o sistema, reduzem custos e trazem regularidade ao sistema internacional.

Num mundo interdependente e globalizado, o multilateralismo continuará a ser um aspecto chave das relações internacionais. Algumas questões podem desafiar as abordagens multilaterais. A mudança de expectativas normativas pode por dúvida nos valores constitutivos de instituições internacionais específicas, mas a razão teórica do institucionalismo continua amplamente intacta (Newman, Thakur, Tirman, 2006).

De toda forma, não se pode afirmar que os valores e instituições do multilateralismo formalizado atualmente constituído estão efetivos, legitimados ou normativamente satisfatórios. É necessária a análise contextual, avaliação crítica e de alternativas.

Primeiro, há os problemas sistêmicos ou estruturais. O multilateralismo clássico é constituído entre Estados soberanos, como num modelo Westfaliano de relações internacionais, mas esse modelo tem limitações. Falência e fraqueza estatal são traços característicos de algumas regiões do mundo em desenvolvimento, juntamente e com a incapacidade estatal. De modo geral, a soberania está ameaçada, com implicações ao multilateralismo, sendo o tema dos direitos humanos um importante indicador: não é possível assistir a infrações de direitos humanos e não tomar medidas que ferem a soberania de alguma forma (Newman, Thakur, Tirman, 2006).

Outro problema com a natureza do multilateralismo centrada nos Estados é que muitos desafios são transnacionais e envolvem atores não estatais. Em segundo lugar há desafios hegemônicos às instituições multilaterais contemporâneas no contexto de um sistema internacional unipolar: os EUA, a partir do fim da Guerra Fria, agiram de acordo com seus interesses, desobedecendo a determinações de organismos multilaterais (Invasão do Iraque, não-assinatura do Protocolo de Quioto, entre outros exemplos).

Em terceiro lugar, há desafios normativos ao multilateralismo que dizem respeito ao modo com que as decisões são tomadas e implementadas. Algumas organizações multilaterais não representam alguns países de forma justa (Conselho de Segurança, direitos de voto no FMI, etc.), além de desafios de constrangimentos burocráticos.

Outro ponto de desafio é relacionado a valores constitutivos que baseiam a fundação de organismos multilaterais: diretos humanos, democracia, economia de mercado livre, a ideia de Estado. Eles são valores embutidos na concepção do multilateralismo historicamente, mas que de alguma forma não representam a universalidade. “Nem todos os valores que organizações multilaterais ‘universais’ projetam e promovem são aceitas como verdadeiramente universais” (Newman, Thakur, Tirman 2006, p. 538).

Telò (2012) já indica que uma nova abordagem de multilateralismo somente pode ser prevista combinando áreas de estudos (estudos europeus, estudos asiáticos, etc.) com estudos em relações internacionais. A dimensão regional e a cultura regional são importantes em explicar as variações de práticas multilaterais.

Atualmente, o mundo experimenta o que sucede à hegemonia unipolar norte-americana. Os EUA não têm a capacidade material e política ou vontade de liderar como antes o mundo multilateral. Várias medidas tomadas pelos EUA sinalizaram ao resto do mundo o gradual afastamento das questões de política externa no país, e põem em cheque a sobrevivência da ordem internacional liberal como era conhecida desde meados do séc. XX. Dentre estas medidas estão: a retirada de sua participação do *Trans Pacific Partnership* (TPP), a revogação da assinatura do acordo climático de Paris (apesar da eventual assinatura em 2021, no governo Biden), a redução do apoio financeiro às Nações Unidas e a saída do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 2018. Cabe apontar que essas ações se deram durante o governo norte-americano de Donald Trump, mas o novo governo de Biden ainda não as reverteu em grande parte. O novo multilateralismo necessita de um novo papel para o regionalismo e inter-regionalismo, como características estruturais consistentes com a dimensão global.

O regionalismo afeta, nos dias de hoje, a governança global através de relações inter-regionais: duas entidades regionais ou áreas pertencentes a dois continentes diferentes. Inter-regionalismo multidimensional pode ser visto como uma característica distintiva da contribuição da União Europeia para a governança global; O processo é multidimensional, pois, além da questão econômica, o diálogo político e o cultural também importam. É necessário entender e monitorar se a cooperação regional, que será mais relevante no século XXI, está crescendo como um potencial pilar de uma governança global eficiente e multidimensional (Telò, 2012).

Ainda em relação ao futuro do multilateralismo, Newman, Thakur e Tirman (2006) afirmam que valores e instituições multilaterais devem se constituir com princípios de governança do século XXI e legitimidade, e capacidade de endereçar problemas

contemporâneos efetivamente. Isso envolve ultrapassar as raízes westfalianas, revisando os valores os quais o multilateralismo é baseado, e reconhecendo que os desafios contemporâneos demandam grande flexibilidade e proatividade. Instituições multilaterais devem reconhecer e trabalhar com atores não estatais a fim de assegurar sua legitimidade e efetividade. O multilateralismo do século XXI deve refletir a pluralidade das relações internacionais e o papel chave de atores não estatais. O princípio do multilateralismo deve, em alguns casos, superar a ideia de consenso. “No domínio sócio econômico, sob a luz do impacto significativo de decisões e instituições multilaterais, maior transparência e prestação de contas é necessário” (Newman, Thakur e Tirman, 2006, p. 539).

### 2.3) O Papel dos Bancos de Desenvolvimento Multilaterais na ordem internacional

Bancos de desenvolvimento são instituições relativamente novas no âmbito do regime monetário internacional, sendo as primeiras instituições desse tipo datadas de meados do século XIX (Bouza, 2001). Foi a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que os bancos públicos de investimento de longo prazo, multilaterais universais, regionais ou nacionais, tomaram a forma que conhecemos hoje. Em 1944, com o fim da guerra se aproximando, os aliados necessitavam pensar em como reordenar o sistema internacional, e na economia internacional o marco se deu com o Sistema de Bretton Woods. O sistema despontou após conferências na cidade de Bretton Woods e consequente assinatura de um acordo que ficou conhecido como Acordo de Bretton Woods. Nele, foram definidas regras, instituições e procedimentos que regulariam a política econômica internacional. Estabeleceu-se nesse acordo a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). (Bouza, 2001). A partir de 1944, vários bancos de desenvolvimento foram criados ao redor do mundo, respeitando as particularidades de cada economia nacional e da região de sua dimensão.

A necessidade da criação e manutenção dos bancos de desenvolvimento foi bastante discutida ao longo das décadas do séc. XX, pois sua existência seria fruto da ineficiência do livre mercado em atingir as metas desenvolvimentistas dos países. Atualmente, os bancos de desenvolvimento tem caráter eminentemente público, competindo ao Estado traçar as estratégias de desenvolvimento nacional e regional, fazendo muitas vezes escolhas que, do ponto de vista utilitário, privilegia certos setores em detrimento de outros, ou seja, cria assimetrias no fluxo normal da economia de mercado. De fato, o longo processo de maturação

dos projetos de desenvolvimento envolvidos e mesmo a natureza de tais projetos inviabilizaria a iniciativa privada de prover os recursos necessários.

Bouza (2001) destaca que a incapacidade dos mecanismos já existentes no mercado em equacionar as demandas por financiamentos de longo prazo podem ser entendidos ao se analisar algumas situações: a necessidade de financiamento de bens públicos (ciclovias, pavimentação, obras sociais como projetos de moradia popular, melhora na educação e saúde), que não têm condições de ter seus resultados medidos em termos econômicos; projetos com resultados econômicos não totalmente aproveitáveis pelo investidor tais como infraestrutura, ficariam sem o financiamento adequado; projetos com elevada rentabilidade, mas com alta incerteza, tais como investimentos em tecnologia, freiam a concessão de empréstimos de longo prazo.

Deos e Mendonça (2010) indicam que além de corrigir as falhas de mercado, os bancos públicos teriam um papel a mais, podendo criar mercados inexistentes, atuar na regulação da concorrência dos mercados que se inserem, e agir de forma anticíclica.

Chelski, Morel e Kabir (2013) indicam que a partir da década de 2000 os mercados emergentes, aí incluindo diversas economias asiáticas, tiveram progresso notável no acesso ao capital internacional, mas com a crise financeira de 2008 os empréstimos de bancos para projetos de investimento de longo prazo caíram drasticamente. Os bancos europeus, que eram frequentemente participantes nos empréstimos de longo prazo aos países em desenvolvimento, com *Market Share* por vezes maior que 80 por cento em determinados projetos, sofreram muito o impacto da crise de 2008 e começaram a sair do mercado de investimentos de longo prazo na Ásia. Outros bancos tomaram o papel de bancos europeus a partir da crise financeira de 2008, mas especialmente nos empréstimos de longo prazo em infraestrutura esse papel permaneceu encolhido. Nesse sentido, Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) podem ter um papel catalítico e contra cíclico juntamente a investidores privados a fim de aumentar a viabilidade de investimentos e investimento produtivo sustentável quando o setor privado (os bancos privados, por exemplo) se torna escasso.

MDBs podem auxiliar seus clientes a atrair finanças adicionais do setor privado através da combinação de uma posição financeira forte, status preferencial creditício, expertise técnica, políticas de gestão de risco prudentes, aplicação crível de padrões bem reconhecidos em design de projetos, perspectiva de longo prazo, e experiência internacional de projetos.

MDBs podem contribuir com seus próprios fundos e podem ajudar a construir a confiança necessária a atrair fundos comerciais através de uma gama de instrumentos financeiros e de mobilização. Essa adicionalidade financeira envolve trazer ativamente parceiros financeiros em acordos específicos, por exemplo, através de associações ou arranjos financeiros. O impacto do engajamento de setores oficiais vai além do financiamento direto. A adicionalidade financeira ocorre também ao suprir não somente o lado da demanda, mas corrigindo o fraco clima de investimento, falta de planejamento e capacidade institucional, e ausência de fortes estruturas regulatórias.

Ainda segundo Chelski, Morel e Kabir (2013), outra adicionalidade e contribuição dos MDBs é a de design, onde os bancos, com a sua expertise técnica, podem auxiliar projetos nacionais de desenvolvimento a se tornarem mais atraentes no mercado de crédito. Também podem ocorrer através da promoção de eficiência, transparência e aderência a padrões aceitos de design de projetos, incluindo padrões ambientais. MDBs podem auxiliar países em melhorar a gestão de projetos e auxiliar a capacidade institucional.

Adicionalidades políticas podem derivar do auxílio que os MDBs prestam no sentido de melhorar políticas regulatórias e ambientais para investimento a fim de mitigar o risco de anulações políticas. Os empréstimos baseados em políticas ambientais podem contribuir para o aumento de investimentos produtivos ambientais num nível macroeconômico ou mesmo num nível setorial, assim auxiliando a atrair mais financiamentos, especialmente do setor privado. O suporte técnico e os serviços consultivos podem melhorar o clima de investimento no país, incluindo políticas de competição, proteção de consumidor, direitos de propriedade e crédito, facilitador comercial, reforma judicial, gestão de débitos e orçamento, ou reformas de mercado. Além disso, os MDBs têm mais acesso aos decisores políticos de uma nação do que bancos e financiadores privados.

Adicionalidades demonstrativas se referem ao potencial dos projetos apoiados pelas entidades multilaterais para ilustrarem as possibilidades de sucesso, por exemplo, ao aumentar as percepções do setor privado às vantagens e desvantagens de certos investimentos.

Continuando a premissa abordada por Chelski, Morel e Kabir (2013), adicionalidades de seleção pode ser considerada como o apoio dado pelos bancos multilaterais quando eles encorajam a seleção dos melhores projetos pelos governos. Muitos MDBs pedem demonstrações claras do impacto dos projetos, e isso ajuda os governos a identificar, priorizar e mobilizar os financiamentos da melhor maneira possível.

Desde o fim da segunda guerra mundial com criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), uma das instituições que integram o Grupo Banco

Mundial, mais bancos de desenvolvimento sugeriram em três ondas. A primeira onda aconteceu durante a era de descolonização entre os anos 1950-1970. Nesse período foram criados bancos regionais como o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), o Banco Asiático de Investimento (ADB), o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB), entre outros. Uma segunda onda se deu no início dos anos 1990 até início dos anos 2000 em resposta a desenvolvimentos na Europa, incluindo a criação do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD) a fim de auxiliar países antes comunistas a entrar na economia de mercado globalizada, além de facilitar a integração europeia. A criação do NDB e do AIIB faz parte da terceira e mais recente onda de bancos de desenvolvimento multilaterais. Esses bancos surgiram num momento de troca de poder no sistema internacional, de países industrializados para economias emergentes, num momento em que os EUA, a Europa Ocidental e o Japão veem sua participação relativa no PIB mundial diminuir em favor de países como a China. Diferentemente das duas primeiras ondas, onde os EUA eram os principais articuladores nas formulações de diretrizes dos bancos de desenvolvimento, nesta terceira onda a China tem o papel preponderante, direcionando as políticas de empréstimos nesses dois bancos de desenvolvimento (Wang, 2017).

A motivação oficial para se criar novos bancos de desenvolvimento multilaterais é a grande necessidade de infraestrutura no mundo em desenvolvimento. A infraestrutura é vital para a realização do potencial de crescimento de países em desenvolvimento. Os bancos multilaterais têm uma série de vantagens em relação a outros investidores em infraestrutura (como investidores privados e bancos nacionais de desenvolvimento). Em primeiro lugar, como esses bancos têm alta classificação de crédito (uma vez que são apoiados por países soberanos), eles podem obter capital de modo muito mais fácil e com taxas mais vantajosas. Seus empréstimos são em termos mais atrativos. Em segundo lugar, esses bancos têm condições de bancar empréstimos de longa duração (ao contrário de investidores privados). Em terceiro lugar, Bancos multilaterais de desenvolvimento tendem a ter uma equipe com forte capacidade técnica, anos de experiência, aos quais os capacitam a melhor lidar com os riscos em projetos de infraestrutura em diferentes países em desenvolvimento (Wang, 2017).

Nos anos iniciais os MDBs priorizavam investimento em infraestrutura, mas essa prioridade mudou nos anos 1980 e 1990, uma vez que esses bancos evoluíram o entendimento sobre a importância dos empréstimos sociais. Havia a dificuldade de encontrar novas salvaguardas exigidas pela sociedade civil, além de a agenda neoliberal estar em voga, que buscava retirar assim que possível o papel do Estado e de suas instituições multilaterais da economia. O Grupo Banco Mundial destinava cerca de 70 por cento de seus investimentos

para infraestrutura nos anos 1950, mas em 1999 somente 19 por cento era destinada a esse propósito, e essa tendência se manteve igual para os outros bancos regionais de desenvolvimento tradicionais.



### 3 A ASCENSÃO CHINESA E SUAS ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL NO SÉC. XXI

A fim de entender o momento de desafio à ordem econômica internacional liberal pelo qual estamos passando, é inevitável a análise e discussão de um dos maiores casos de ascensão política e econômica que estamos testemunhando na atualidade: a ascensão da China, em especial o seu grande avanço no séc. XXI. A ascensão (ou melhor, reposicionamento) chinesa reorganiza a ordem internacional na medida em que muda a dinâmica de poder pela qual os países estavam acostumados desde o final da Segunda Guerra Mundial, com os Estados Unidos como até então líderes indiscutíveis do ordenamento liberal.

O objetivo deste capítulo é contextualizar a ascensão político-econômica da China desde a reabertura com Deng Xiaoping até os dias atuais com Xi Jinping, com foco em suas recentes estratégias de busca por maior inserção internacional (seção 3.1), e em seguida detalhar o plano ambicioso em relações internacionais que a China lançou nos anos 2010: a iniciativa da Nova Rota da Seda (seção 3.2).

Isso se faz necessário uma vez que os planos de maior inserção internacional por parte da China, no presente século, é que fizeram possível a criação de novos mecanismos multilaterais que são, na atualidade, intrigantes para o ordenamento internacional liberal tradicional.

#### 3.1) O reposicionamento político e econômico de uma sociedade milenar

Analisar o que ocorre na China no início do século XXI é um desafio. Os desdobramentos e consequências do crescimento econômico mundial no século XXI necessariamente incluem a observação do que ocorre/ocorreu o leste asiático. Desde o final da Segunda Guerra Mundial a região passa por uma expansão econômica, cultural e populacional sem precedentes. Japão, Taiwan, Hong Kong iniciaram esse processo pungente, sendo seguidos décadas depois por Coreia do Sul, Cingapura e China, para citar alguns dos virtuosos casos na região. O leste asiático se tornou o local onde a acumulação de capital ocorre de forma mais dinâmica. O acelerado desenvolvimento econômico tem impulsionado o fortalecimento das capacidades estatais da China e, com efeito, ampliado seu peso nos assuntos internacionais.

Fairbank e Goldman (2006) apontam que a China, depois de um interregno de cento e cinquenta anos, voltou a ocupar um lugar no sistema internacional como país “rico e

poderoso”. O processo de abertura e inserção internacional iniciado por Deng Xiaoping na segunda metade do século XX, após o breve fechamento que o período Mao Tsé-Tung implementou, possibilitou à China ocupar um espaço cada vez mais importante na economia política internacional. O impactante crescimento econômico chinês a partir dos anos 1980 ajudou a reorganizar a arquitetura econômica e política mundial de forma sem precedentes nesse período.

Segundo Wang e Zheng (2009), após a reconquista da soberania interna com a Revolução Comunista em 1949, a China passou por um período de reclusão econômica e política. É um período de algumas décadas de restabelecimento de unidade e reformas propostas por Mao Tsé-Tung. A Revolução proporcionou unidade e coesão política no país. Mao estabeleceu reformas que por vezes culminaram em crises.

De modo a evitar um retorno ao período de instabilidade anterior, a diplomacia de Mao Tsé-Tung enfatizou os conceitos de soberania e igualdade. [...] Neste contexto de busca por autonomia em relação às superpotências do período da Guerra Fria surgem os cinco princípios da Coexistência Pacífica (Kotz, 2018, p. 58).

Os Princípios da Coexistência Pacífica são: 1) Respeito mútuo pela integridade territorial e soberania; 2) Não agressão mútua; 3) Não interferência nos assuntos internos de outros Estados; 4) Igualdade e cooperação para benefícios mútuos; 5) coexistência pacífica. (Organização das Nações Unidas, 1955, p. 70).

Esses princípios continuam a ser evocados e postos em prática pela China mesmo nos dias de hoje, especialmente o princípio da não interferência nos assuntos internos de outros Estados, sendo um contraponto à hegemonia norte-americana e seus instrumentos institucionais (como os bancos de desenvolvimento multilaterais tradicionais), os quais de alguma forma buscam orientar como os países devem modificar suas políticas internas a fim de obter benefícios.

Após o interregno dos anos de Mao no poder, a China passa por uma nova abertura política e econômica através de novas reformas, sob a liderança de Deng Xiaoping, cujo mandato se estendeu de 1978 a 1992.

No plano histórico, o ciclo maoísta, eu se estendeu até o início da década de 1970, representou um novo período de fechamento e isolamento. A natureza autocrática do poder comunista, ainda que singular, recuperou e atualizou inúmeros traços das dinastias tradicionais chinesas. O isolamento correspondeu a um projeto de definição de uma identidade nacional e à edificação de um aparelho de Estado capaz de controlar o território imenso e acolher o universo plural das culturas regionais. Com o regime brutal de Mao Tsé-Tung, a China emergiu como unidade geopolítica de centralizada e potência continental asiática (Magnóli, 2004, p. 269).

Essa mudança de estratégia ocorreu, de modo geral, pois os membros do Partido Comunista Chinês (PCC) lutavam para encontrar um sucessor após a morte de Mao. O grupo de Deng Xiaoping saiu vencedor, e esse grupo entendeu que deveriam ser traçadas diretrizes de abertura ao mundo, e era preciso desvincular a figura de Mao do Estado chinês, e se desvincular do que ele representava (Magnóli, 2014).

Foi a partir desse período que a China começa a apresentar taxas de crescimento econômico cada vez mais elevadas, fazendo com que na atualidade o país se tornasse a segunda maior economia mundial, em termos de tamanho do PIB. A Terceira Plenária do 11<sup>a</sup> Comitê Central do Partido Comunista Chinês (1978) definiu as diretrizes da política de Reforma e Abertura, representando uma correção de rumos na “modernização socialista” (Kissinger, 2011). Essa correção buscava reorganizar “as prioridades chinesas para responder ao atraso econômico, ao caos político e ao isolamento internacional do país” (Pautasso, 2011, p.168).

Segundo Yan (2014), Deng Xiaoping abre a economia chinesa aos investimentos externos e ao comércio mundial, aumentando a projeção chinesa em política internacional, ao mesmo tempo em que adota uma atuação menos proativa em questões de política externa, uma vez que o líder acreditava que seria benéfico não entrar em choques e tensões com outros países mesmo com a China tendo cada vez mais poder político e econômico. Foi cunhado o termo *low profile* para essa postura menos proativa. De acordo com o autor, pelo menos até o início dos anos 2000 a China continuou com essa postura *low profile* e com altos índices de crescimento econômico.

A China passou a década de 1990 lentamente modificando a estratégia *low profile* integrando-se às instituições regionais e internacionais, movendo-se da passividade e da suspeita para um compromisso proativo nos regimes e organizações regionais. (Pautasso e Ungareti, 2017).

Segundo Yan (2014), a partir da virada do milênio, e em especial com a liderança de Xi Jinping, a China passa a ocupar a posição de segunda maior economia mundial e sua postura *low profile* já não satisfazia os interesses do país no seu entorno regional estratégico. Os interesses chineses cada vez mais se chocavam com interesses de outros países. Dessa forma, uma postura mais passiva em relações internacionais não resolveria os problemas decorrentes desse choque de interesses.

Era necessário concretizar uma postura mais assertiva em política internacional, e nesse sentido Xi Jinping coloca em prática esse tipo de liderança mais proativa, em especial no seu entorno regional. Os marcos simbólicos da maior assertividade internacional da China

desse período são: a entrada do país no sistema da OMC, em 2001 e o lançamento da iniciativa da Nova Rota da Seda, em 2013.

A partir do ano 2000, a China experimenta uma nova trajetória de crescimento caracterizada pela forte inserção de suas empresas em mercados no exterior, seja através de exportações ou investimentos diretos externos. Esse direcionamento é entendido como estratégia *Going Global* (Masiero e Coelho, 2014). Por meio de reorganização industrial, desenvolvimento tecnológico e capacidade de oferta em qualidade, quantidade e preço, além de uma política de atração de investimentos, o governo chinês consolidou, no início dos anos 2000, um tecido industrial internacionalmente competitivo, capaz de atrair investimentos produtivos estrangeiros no país e articular a capacidade de desenvolver tecnologias próprias a partir da China.

A China ainda expandiu a estratégia *going global* ao lançar a estratégia *going global* 2.0, com o objetivo de resolver as falhas da *going global* 1.0 e garantir que as empresas chinesas invistam no exterior com mais sabedoria, com maior sensibilidade para temas sensíveis locais, ao mesmo tempo que com maior preocupação com a imagem da China no exterior (China Policy, 2017).

O revigoramento da política *Going Global* reflete o desejo de Xi Jinping de uma liderança global, e oferece um canal para impulsionar a reestruturação econômica doméstica, estimulando a demanda de países fora da OCDE. [...] A *Going Global* 2.0 permeia todas as áreas de política doméstica, de cuidados de saúde e agricultura, à reforma do setor estatal, e avança acordos regionais (China Policy, 2017, p.4).

A estratégia *Going Global*, que até a atualidade se mantém materializada pela China, se resume a “uma série de incentivos para promover a internacionalização das suas empresas, desde mecanismos de financiamento até a facilitação do processo administrativo para a realização de investimentos no exterior” (Acioly e Leão, 2011, p. 53).

Nesse sentido de maior inserção internacional por parte da China, há um movimento paralelo de esforço do país para se tornar um líder do regionalismo asiático (Raharyo, 2018).

### 3.2) A iniciativa da Nova Rota da Seda

Dentro da estratégia *Going Global*, A iniciativa da Nova Rota da Seda foi anunciada e é um projeto que demonstra o aprofundamento da inserção externa da China, sendo entendida como uma iniciativa que estimula a construção de um modelo de governança global rumo à multipolaridade. Ela pode ser entendida numa perspectiva de contraponto à ordem liberal

norte-americana, uma vez que segue os princípios chineses seculares da coexistência pacífica (estabelecidos na metade do século XX) que enfatizam uma visão de ordem internacional que respeite a soberania, as diferenças dos seus integrantes e que seja guiada por preceitos de cooperação para o desenvolvimento e ganhos mútuos. Esta é a principal iniciativa de política externa do governo Xi Jinping e resulta em uma visão estratégica para a integração da Eurásia (Ferdinand, 2016).

O nome dado a esse projeto de desenvolvimento faz referência à tradicional Grande Rota da Seda, que possibilitou trocas entre os povos da Eurásia durante milênios. Ao longo de 2000 anos, a Grande Rota da Seda se expandiu no mapa mundial. Ela não apenas desenvolveu e aumentou o comércio entre Oriente e Ocidente, como também desenvolveu um significativo fator em facilitar interações culturais e sociais através dos continentes. A Rota da Seda foi uma rede de trajetos interconectados por onde era comercializada a seda e demais produtos que saía do Oriente em direção à Europa. A rota desempenhou papel fundamental no desenvolvimento das civilizações ao estabelecer profundas relações comerciais entre as regiões por onde passou. Sua influência econômica, cultural, política e religiosa se deu entre o século II a.C. e o século XVII d.C..

A China foi uma das precursoras do comércio na rota, iniciando o transporte da seda, um produto extremamente luxuoso à época, durante a Dinastia *Han* (207 a.C. – 220 d.C.). Os chineses descobriram como fabricar o tecido a partir das fibras dos casulos dos bichos da seda, e mantiveram o segredo dessa produção. A qualidade e exclusividade do produto fizeram muitas pessoas de cidades que ficavam na Ásia Central e no Ocidente desembolsarem boas quantias de dinheiro.

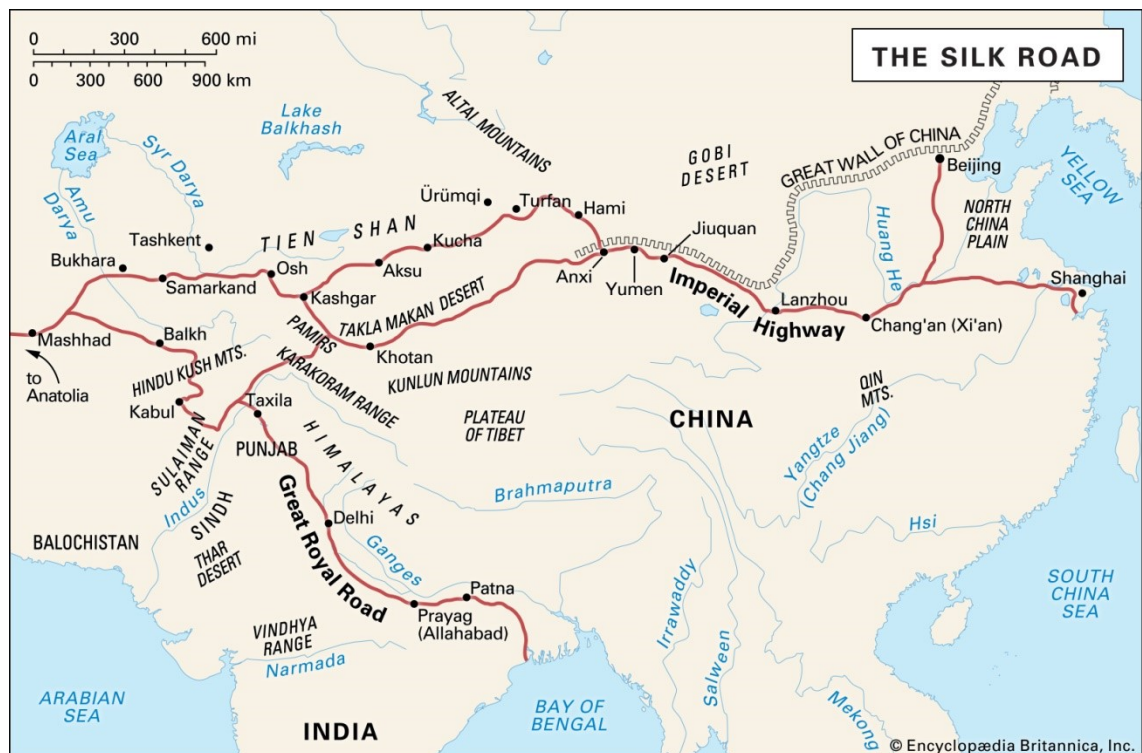
Segundo Hansen (2012), o chinês Zhang Qian foi o primeiro comerciante a viajar pela antiga Rota da Seda, tendo sua exploração iniciado no período do século II a.C.. Zhang Qian teria se aventurado por alguns anos em direção oeste ao império chinês, rumando à Ásia Central. Nessas explorações ele se deparou com os povos da região e com diversos produtos que não faziam parte da realidade chinesa. Desse modo, interessado nos prospectos de uma interconexão comercial e cultural entre esses locais, o comerciante iniciou projetos de iniciar uma rota que conectasse a China à Índia. Após décadas de intermitentes períodos de paz e conflitos entre os exércitos da dinastia *Han* e os povos nômades da região da Ásia Central, foram estabelecidas rotas comerciais rumo ao oeste. Para isto, foi necessária a criação de diversas guarnições ao longo da Grande Muralha da China.

A antiga rota começava na parte centro-norte da China, em Xi'an (na província moderna de Shaanxi). Uma trilha de caravanas se estendia para oeste ao longo da Grande

Muralha da China, através da Cordilheira Palmir (Ásia Central) e do Afeganistão até chegar a Anatólia. Seu comprimento era de cerca de 6400 quilômetros. As mercadorias eram então enviadas para a Europa através do Mar Mediterrâneo (Hansen, 2012).

Embora a rota comercial tenha ficado famosa por causa da seda, muitos livros atribuem a ela o nome de “Rota da Jade”. De acordo com registros históricos, antes da comercialização de seda, os trajetos eram usados para transporte de jade – considerada a pedra da realeza na Era das Dinastias da China. A Rota da Jade esteve em uso desde 5.000 a.C., e ainda é utilizada entre Xinjiang e o Leste da China (Sarker et al., 2018).

Figura 1: Antiga Rota da Seda



Fonte: Encyclopaedia Britannica, 2021.

A fim de resgatar o valor simbólico, cultural e econômico de uma rota que conectava povos há milênios, a *Belt and Road Initiative* (BRI) (também conhecida como “One Belt, One Road”), que em português é traduzida como Iniciativa da Nova Rota da Seda, foi anunciada pelo presidente Xi Jinping, em 2013. Ela é um projeto de conectividade ambicioso. Sob a nova iniciativa, a China introduziu um modelo econômico que buscará mudar o local e o propósito do desenvolvimento, inclusive fora da China (Sharma e Kundu, 2017). Com a iniciativa da Nova Rota da Seda, a China propõe a construção de uma série de plataformas de transporte ao longo da antiga Rota da Seda, o que vai conectar a China com a Ásia Central,

com a Europa e com a Ásia Ocidental. Esse impulso de investimento externo imagina como resultado uma redução significativa das distâncias entre a China e o mundo, formando um modal de transporte atravessando diferentes geografias e nações, territórios e culturas, conectando o Oriente ao Ocidente. Além disso, a BRI se propõe a aumentar as conexões entre os povos, expandir/internacionalizar bancos e finanças chinesas, bem como comércio e indústria.

O princípio básico da Nova Rota da Seda é aumentar a conectividade através de corredores de transporte multimodais, seja via marítima ou terrestre que levem à integração econômica, fluxo livre de bens e serviços que aumentem o comércio e a atividade econômica. Dessa forma há componentes continentais e marítimos na Nova Rota da Seda. A rota marítima conecta portos importantes na China, no Mar do Sul da China e no Oceano Índico com portos europeus no Mar Mediterrâneo. A rota continental liga o ocidente chinês com a Ásia e a Europa. Com a conectividade e interação econômica, há o aspecto da geopolítica tomando espaço na dinâmica da China com os países os quais a Nova Rota da Seda irá passar ao longo de sua implementação (Sharma e Kundu, 2017). A iniciativa da Nova rota da Seda cobre cerca de 65% da população mundial e um terço do PIB mundial.

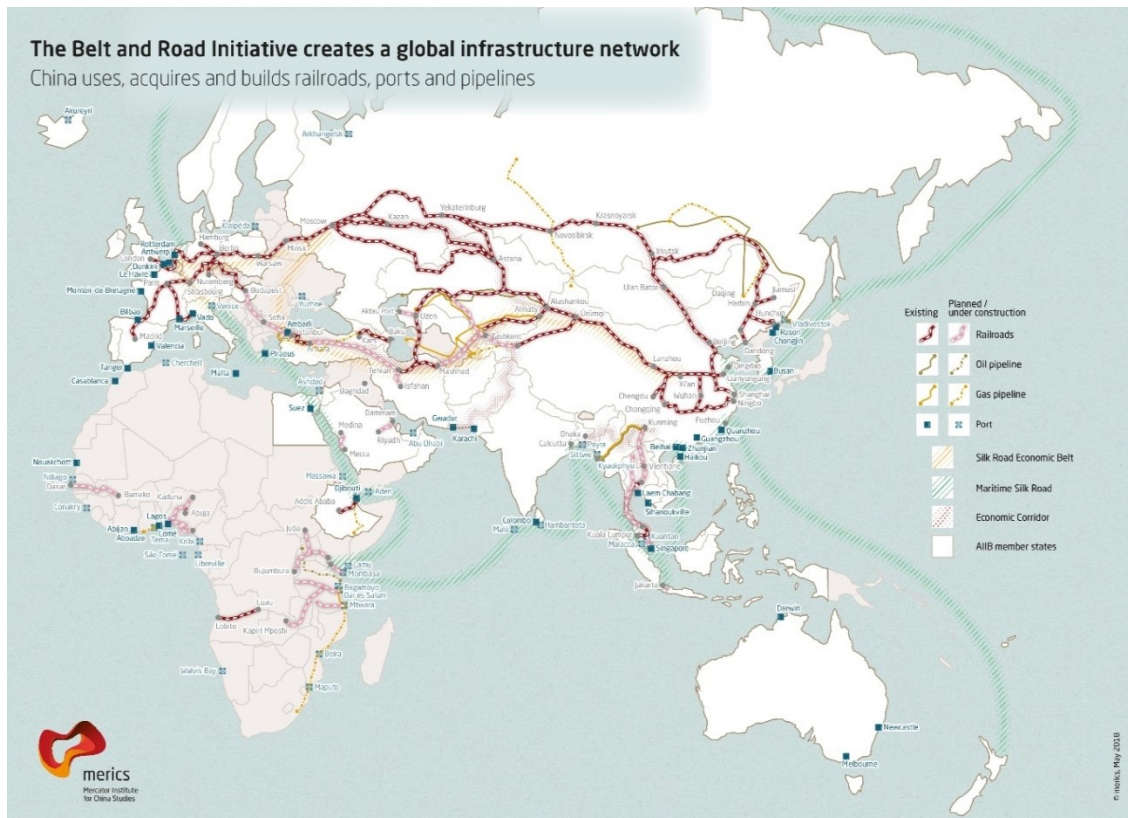
Já que a BRI é um projeto histórico e de proporções colossais, ela também requer um enorme montante de financiamento. Inicialmente, a principal fonte de investimento prevista era o Fundo da Rota da Seda, fundado em dezembro de 2014, por 4 atores: Administração Estatal de Política Externa (responsável por 65% do investimento); Corporação de Investimento da China (15%); Banco de Desenvolvimento da China (5%); Banco de Exportação e Importação da China (15%). Era previsto que desse fundo saíam um total de US\$ 40 bilhões para investimentos em obras de médio e longo prazo. Mas as projeções iniciais foram completamente comedidas, uma vez que as projeções de valores empregados na BRI agora chegam montante de US\$ 890 bilhões, sendo que a China afirma que os investimentos na BRI poderão alcançar o montante de aproximadamente US\$ 4 trilhões. Desde 2013, 900 projetos entraram em negociação (Sarker et al., 2018,).

Além desse valor, no Fórum Internacional sobre a Rota da Seda, de 2017, o governo Chinês anunciou um incremento de US\$ 70 bilhões em seu investimento na Iniciativa (sendo aproximadamente US\$ 15 bilhões do governo e US\$ 55 dos dois bancos envolvidos). A partir de 2015 os recursos também advém do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), do Banco de Desenvolvimento dos BRICS (New Development Bank) e do Banco Mundial.

Pautasso e Ungareti (2017) indicam que a Iniciativa da Nova Rota da Seda representa uma ampliação e aprofundamento de proatividade da China na configuração da dinâmica de integração regional. Antes centrada num vetor a leste (ASEAN+1) e outro a oeste, agora alcança grande parte da Europa, Oriente Médio, a África e até o continente americano (levando em conta o corredor marítimo da BRI). Isso faria parte de um transbordamento do protagonismo diplomático chinês e um alargamento do sistema sinocêntrico. Segundo os autores, ao assumir um maior protagonismo político e econômico a China necessariamente seria obrigada a definir um novo escopo de prioridades e lidar com os novos conflitos de interesses decorrentes dessas responsabilidades ampliadas.

A Figura 2 representa graficamente como se desenha a BRI:

Figura 2: A *Belt and Road Initiative*



Fonte: MERICS, 2018

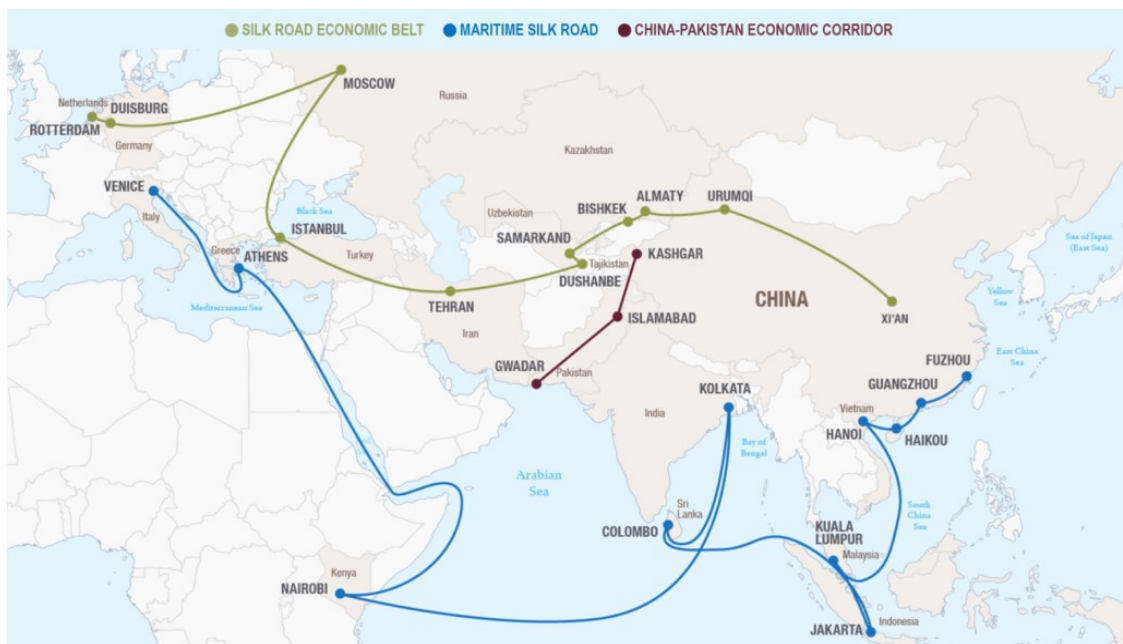
Esse projeto (a BRI) conta com seis corredores econômicos (ou áreas principais de atuação): 1) o eixo terrestre Eurasiático (que chegará até o continente europeu, passando pela Ásia central); 2) o eixo China-Mongólia-Rússia; 3) o eixo China-Ásia Ocidental (perpassando o Oriente Médio); 4) o eixo China-Indochina; 5) o eixo China-Paquistão e, 6) o eixo Bangladesh-China-Índia e Myanmar. “A BRI pode ser vista como uma visão estratégica de



longo prazo para a inserção internacional da China e visando consolidar a posição deste ator no processo de aprofundamento da integração no espaço Euro-asiático.” (Kotz, 2018, p. 104).

Além disso, há o braço marítimo da empreitada. O corredor marítimo da BRI tem como foco facilitar e auxiliar o grande crescimento do intercâmbio comercial entre Ásia e África, apesar de ter como destino final os países da Europa, através do Canal de Suez (Blanchard e Flint, 2017). Esse corredor marítimo não apenas se concentra em projetos de infraestrutura, mas também em outros projetos de desenvolvimento, como criação de acordos de livre comércio a fim de remover barreiras entre intercâmbio de bens e serviços, negociação de acordos de auxílio financeiro, assinatura de tratados de investimento bilaterais que criam um ecossistema para acordos em infraestrutura, iniciativas em construção, liberalização de setores para investimentos externos, aumento do fluxo de passageiros entre as cidades através de voos comerciais e o estabelecimento ou fortalecimento de instituições financeiras. A figura a seguir representa o corredor marítimo da BRI, partindo da cidade de Fuzhou e chegando ao porto de Rotterdam, nos Países Baixos.

Figura 3: Braço Marítimo da BRI (*Belt and Road Initiative*)



Fonte: The Square, 2021.

Assim como o braço principal da BRI, o corredor marítimo também tem como principal objetivo impulsionar o crescimento chinês (Blanchard e Flint, 2017), impulsionando esse projeto a fim de promover o comércio e auxiliar indústrias com sobrecapacidade operacional a vender mais produtos.

O corredor marítimo da BRI é um projeto geopolítico que visa construir paisagens de investimento e permitir o fluxo de comércio e investimentos. Como tal, é o produto e a arena para uma variedade de atores geopolíticos. (Blanchard e Flint, 2017, p.233, tradução nossa).

Esse é um projeto com múltiplas escalas cujas táticas de execução podem ser identificadas como econômicas e políticas. É a maneira com que múltiplos agentes perseguem objetivos diferentes que fazem o processo da BRI imprevisível no longo prazo.

Esse projeto ambicioso da China, o BRI, não é entendido, segundo Kotz (2018), apenas como meio de desenvolvimento através da construção de infraestrutura na Ásia, mas atende a duas estratégias no governo chinês:

1) Geopolítica: a importância da coesão territorial, uma vez que a BRI levaria a províncias do oeste chinês o desenvolvimento e as integraria ao restante do país. A região tem tendências separatistas (os habitantes do Tibete e de Xinjiang têm mais laços e são mais próximos etnicamente a países da região da Ásia central). Outra dimensão geopolítica que a BRI atende é a garantia de acesso a recursos energéticos na Eurásia, em especial de hidrocarbonetos. Além disso, o papel da projeção política da China na região asiática seria uma continuidade dos processos históricos, trazendo de volta a liderança humanística chinesa à região, rechaçando ou contrabalançando a presença dos Estados Unidos, do Japão e da Rússia.

2) Geoeconômica: a BRI seria um grande estímulo à economia chinesa, pois seria responsável por exportar a sobrecapacidade produtiva da indústria de construção civil e infraestrutura do país, que pode ter chegado a um estágio de saturação internamente. A iniciativa seria também uma forma de aproveitamento das reservas internacionais chinesas (por volta de US\$ 3 trilhões). A BRI fomentaria a integração econômica regional, estimulando a demanda por produtos chineses, estimularia os fluxos de pessoas e investimentos. O autor ainda afirma que a estratégia de maior protagonismo internacional chinês pode ser uma etapa de internacionalização do Yuan, a moeda chinesa, que poderia trazer benefícios ao país (Kotz, 2018).

Weidong e Dunford (2018) indicam que um consenso internacional está emergindo acerca da BRI, onde um número crescente de países vê a iniciativa como uma forma de explorar conjuntamente novos mecanismos de governança econômica internacional. Ao mesmo tempo, os autores veem que a crise no neoliberalismo, evidenciada com a crise de 2008, colocou a globalização numa encruzilhada. De toda forma, a BRI abriria novas possibilidades no caminho de aumentar a conectividade e integração internacional em novos moldes, com possível menor desigualdade de crescimento. Os autores apontam que a BRI se

baseia em desenvolvimento inclusivo em infraestrutura, mutuamente benéfico, levando em conta os interesses dos interlocutores mais frágeis (no caso, países mais pobres que negociem com a China), e participação inclusiva (vide a importância de organizações multilaterais para o financiamento e apoio técnico aos projetos da *Belt and Road Initiative*).

Na medida em que ganha poder, a China se confronta com escolhas sobre sua postura e escolhas em relação à governança institucional regional e global. Pode-se identificar um espectro de escolhas estratégicas, variando de uma simples aceitação de *status quo* ao se aceitar participação sem intenções de mudanças num polo, até outro extremo do espectro com uma não participação no ordenamento institucional. Entre essas opções extremas, há opções que Estados emergentes fazem a fim de reformar e inovar dentro da variedade de instituições internacionais.

A opção mais direta de participação é a associação à instituição internacional como membro regular. O país emergente escolhe por ser uma “parte interessada pelo *status quo*” (Ikenberry e Lim, 2017, p 7, tradução nossa) e aceita as regras e normas da instituição ou regime. A segunda opção é se juntar à instituição, mas buscar renegociar os termos de autoridade e influência dentro da mesma. O Estado emergente se torna uma “parte interessada que busca autoridade” (Ikenberry e Lim, 2017, p 7, tradução nossa), procurando ter mais voz e influência dentro dos processos formais da instituição, definido como “mudança distributiva” através maiores direitos de voto e/ou maior representação nacional nos órgãos constituintes. Nessa instância, a reforma institucional requer a redistribuição da autoridade de tomada de decisão, facilitando maior influência sobre operações, e potencialmente uma maior parte dos ganhos gerados pela cooperação institucional. A investida chinesa por mais direitos de voto no Fundo Monetário Internacional (FMI) cai nessa categoria.

Uma terceira escolha para o Estado emergente, como a China, é operar dentro da instituição como membro formal de modo a alterar, impedir ou conter a busca por regras, práticas e normas indesejadas da instituição (Ikenberry e Lim, 2017). Em relação à China, essa escolha deve requerer tentativas de prevenir a instituição de efetuar tarefas que auxiliem ou fortaleçam características liberais da ordem internacional prevalecente. Um exemplo disso é a China ter aceitado a existência da norma “responsabilidade de proteger”, ao mesmo tempo em que dentro do Conselho de Segurança da ONU limite sua definição e seu uso.

Uma quarta opção seria a tentativa de criação de uma nova instituição ou regime, uma “inovação externa”. Isso foi o que a China fez ao lançar o AIIB. A nova instituição serve a múltiplos propósitos, como, por exemplo, usá-la para desafiar e substituir as regras prevalecentes do domínio em que opera. Novas instituições podem subverter e até mesmo

substituir instituições existentes sobre a influência dos EUA e outros Estados. Uma quinta opção seria oposição a instituições ou não participação, o que de fato não ocorreu em nenhum âmbito.

## 4 O BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA NO CONCERTO MULTILATERAL

O presente capítulo continua o estudo que foi iniciado no capítulo anterior. Parte-se do pressuposto que a iniciativa da Nova Roda da Seda faz parte de uma estratégia de política externa mais proativa por parte da China no seu entorno regional. A fim de materializar sua estratégia de inserção internacional, a China se valeu da criação de instrumentos multilaterais novos, em especial o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB).

Na primeira seção (4.1) há o detalhamento do funcionamento do AIIB, suas novidades institucionais, seus financiamentos e governança.

Em seguida, será feita uma análise da maneira com a qual o AIIB é uma ferramenta da política externa da China (seção 4.2). Será questionado se a instrumentalização de novos mecanismos financeiros multilaterais por parte da China constitui uma forma de desafio, ou não, ao sistema internacional liberal. Também serão investigadas nessa seção as diferenças entre o AIIB e o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), um banco criado nos anos 1960 e liderado pelo Japão e pelos Estados Unidos, que compete com o AIIB como um banco de desenvolvimento regional na Ásia.

### 4.1) O Asian Investment Infrastructure Bank (AIIB) e suas principais características

O AIIB foi criado com o objetivo institucional de prover financiamentos que fomentassem o desenvolvimento na Ásia especialmente em infraestrutura, mas em outros setores produtivos também. (AIIB, 2021). Além de contar com capital próprio, cujos aportes advêm dos países membro, a instituição mobiliza capital privado para os financiamentos em desenvolvimento. O capital autorizado para captação pela instituição é de US\$ 100 bilhões. Como comparação, o Banco Mundial, instituição já consolidada e com anos de atuação, possui capital de US\$ 260 bilhões, o que demonstra como o AIIB tem uma atuação agressiva em termos de alcançar o maior número de projetos possíveis.

Pesquisadores se questionam acerca do motivo e razão do estabelecimento do banco. Em primeiro lugar, o foco da China num banco de desenvolvimento em infraestrutura é compartilhar experiência, no sentido de que a China espera que ela possa ser um modelo de desenvolvimento econômico na Ásia (Ren, 2016). Segundo o próprio banco, o foco dos projetos tem relação com o:

reconhecimento da importância do desenvolvimento da infraestrutura na expansão da conectividade regional e melhoria da integração, assim promovendo o crescimento econômico e o desenvolvimento social sustentável para as populações da Ásia, e contribuir para um maior dinamismo econômico global (AIIB, tradução nossa, 2016).

Em segundo lugar, o estabelecimento do AIIB ajudará a corresponder à demanda asiática por desenvolvimento de infraestrutura. Como uma região em crescimento, a Ásia necessita focar em seu desenvolvimento em infraestrutura a fim de prevenir qualquer estagnação econômica. Em terceiro lugar a China criou o AIIB para acomodar seu poder econômico e sub-representação das instituições financeiras internacionais tradicionais, como o Asian Development Bank (ADB). Por último, o estabelecimento do AIIB seria uma resposta ao maior direcionamento político norte americano para Ásia na segunda década do século XXI. A criação do AIIB e a iniciativa da Nova Rota da Seda tentam aumentar a posição da China a fim de equilibrar a pressão vinda pelas políticas norte-americanas (Ren, 2016).

Raharyo (2018) afirma que há três razões para se considerar a criação do AIIB como um esforço para a China se tornar um líder no regionalismo asiático: 1) a criação do banco é considerada como uma forma de prover bens públicos para a região, o que é um dos elementos-chave para se tornar um líder do regionalismo. 2) A China vem tentando se tornar um líder na região desde a abertura de suas relações multilaterais com os países da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático). 3) A estrutura de governança e filiação do AIIB dá mais espaço para países da Ásia contribuírem para a melhoria do regime financeiro internacional, sendo um movimento no sentido de aceitação da China como um líder na região.

O banco multilateral regional atua especificamente na região da Ásia e Oceania, mas membros de outras regiões também fazem parte de sua estrutura, uma vez que auxiliam com aportes e auxílio técnico. No ato de criação, o AIIB possuía 57 membros (37 países da região asiática, e o restante de outras regiões). Em agosto de 2021 esse número saltou para 103 membros (87 plenos e 16 potenciais), o que demonstra a abrangência da instituição, com membros espalhados por todas as regiões. Os atuais (agosto de 2021) países-membros do AIIB são: Afeganistão, Austrália, Azerbaijão, Bahrein, Bangladesh, Brunei, Camboja, Ilhas Cook, China, Chipre, Geórgia, República das Fiji, Hong Kong, Índia, Indonésia, Irã, Israel, Jordânia, Cazaquistão, Coréia do Sul, Quirguistão, Laos, Malásia, Maldivas, Mongólia, Mianmar, Nepal, Nova Zelândia, Omã, Paquistão, Filipinas, Qatar, Rússia, Samoa, Arábia Saudita, Singapura, Sri Lanka, Tajiquistão, Tailândia, Timo Leste, Tonga, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Uzbequistão, Vanuatu, Vietnã, Argélia, Argentina, Áustria, Bielorrússia,

Bélgica, Benin, Brasil, Canadá, Chile, Costa do Marfim, Dinamarca, Equador, Egito, Etiópia, Finlândia, França, Alemanha, Gana, Grécia, Guiné, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Libéria, Luxemburgo, Madagascar, Malta, Países Baixos, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, Ruanda, Sérvia, Espanha, Sudão, Suécia, Suíça, Reino Unido e Uruguai.

A China liderou a formação do banco e é o maior acionista, além de ter o maior peso nas votações que aprovam projetos (26,6% de poder de voto). Em segundo lugar vem a Índia, com 7,6% do número de votos.

A área de abrangência do banco é em investimentos em infraestrutura na Ásia (energia, urbanismo, transportes telecomunicações, recursos hídricos, infraestrutura digital, etc.), pois essa é uma área central para o desenvolvimento asiático, segundo comunicados do próprio banco (AIIB, 2021).

Como é uma instituição relativamente nova, poucos projetos foram aprovados (134 projetos), e o total de investimentos é da ordem de US\$ 26,45 bilhões. A seguir temos uma tabela com todos os projetos aprovados até o momento pelo AIIB:

Tabela 1: Lista de Projetos Aprovados pelo AIIB até Agosto de 2021

Ano	País	Setor	Valor do Financiamento (em Milhões de US\$)	Nome do Projeto (no Idioma Original)
2016	Azerbaijão	Energia	600	Azerbaijan: Trans Anatolian Natural Gas Pipeline Project (TANAP)
2016	Bangladesh	Energia	165	Bangladesh: Distribution System Upgrade and Expansion
2016	Indonésia	Urbanismo	216,5	Indonesia: National Slum Upgrading Project
2016	Myanmar	Energia	20	Myanmar: Myingyan 225 MW Combined Cycle Gas Turbine (CCGT) Power Plant Project
2016	Oman	Transporte	265	Oman: Duqm Port Commercial Terminal and Operational Zone Development
2016	Paquistão	Transporte	100	Pakistan: National Motorway M-4 (Shorkot-Khanewal Section)
2016	Paquistão	Energia	300	Pakistan: Tarbela 5 Hydropower Extension
2016	Tajiquistão	Transporte	27,5	Tajikistan: Dushanbe-Uzbekistan Border Road Improvement
2017	Bangladesh	Energia	60	Bangladesh: Natural Gas Infrastructure and Efficiency Improvement
2017	China	Energia	250	China: Beijing Air Quality Improvement and Coal Replacement
2017	Egito	Energia	210	Egypt: Egypt Round II Solar PV Feed-in Tariffs Program
2017	Geórgia	Transporte	114	Georgia: Batumi Bypass Road
2017	Índia	Energia	160	India: Andhra Pradesh 24x7 – Power For All



2017	Índia	Transporte	335	India: Bangalore Metro Rail Project - Line R6
2017	Índia	Transporte	329	India: Gujarat Rural Roads (MMGSY)
2017	Índia	Energia	100	India: Transmission System Strengthening (Tamil Nadu)
2017	Indonésia	Recursos Hídricos	125	Dam Operational Improvement and Safety Project Phase II
2017	Indonésia	Urbanismo	100	Indonesia: Regional Infrastructure Development Fund
2017	Multinacional	Finanças	150	International Finance Corporation Emerging Asia Fund
2017	Oman	Tecnologia da Informação	152,1	Oman: Oman Broadband Infrastructure
2017	Filipinas	Recursos Hídricos	207,6	Philippines: Metro Manila Flood Management
2017	Tajiquistão	Energia	60	Tajikistan: Nurek Hydropower Rehabilitation, Phase I
2017	Índia	Finanças	150	India: North Haven India Infrastructure Fund
2018	Bangladesh	Energia	60	Bangladesh: Bangladesh Bhola IPP
2018	Egito	Recursos Hídricos	300	Egypt: Sustainable Rural Sanitation Services Program, Phase-2
2018	Índia	Transporte	455	India: Andhra Pradesh Rural Roads
2018	Índia	Recursos Hídricos	400	India: Andhra Pradesh Urban Water Supply and Septage Management Improvement
2018	Índia	Transporte	140	India: Madhya Pradesh Rural Connectivity
2018	Índia	Finanças	100	India: National Investment and Infrastructure Fund Phase I
2018	Indonésia	Urbanismo	248,4	Indonesia: Mandalika Urban and Tourism Infrastructure
2018	Indonésia	Recursos Hídricos	250	Strategic Irrigation Modernization and Urgent Rehabilitation Project

2018	Multinacional	Finanças	500	Multicountry: AIIB Asia ESG Enhanced Credit Managed Portfolio
2018	Turquia	Finanças	200	TSKB Sustainable Energy and Infrastructure On-lending Facility
2018	Turquia	Energia	600	Turkey: Tuz Golu Turkey Gas Storage Expansion Project
2018	Índia	Transporte	50	India: OSE InvIT
2019	Bangladesh	Recursos Hídricos	100	Bangladesh: Municipal Water Supply and Sanitation Project
2019	Bangladesh	Energia	120	Bangladesh: Power System Upgrade and Expansion
2019	Cambodia	Tecnologia da Informação	75	Cambodia: Fiber Optic Communication Network Project
2019	China	Energia	500	China: Beijing-Tianjin-Hebei Low Carbon Energy Transition and Air Quality Improvement Project
2019	Egito	Finanças	150	Egypt: National Bank of Egypt On-Lending Facility for Infrastructure
2019	Índia	Finanças	100	India: L&T- Sustainable Infrastructure on-lending Facility
2019	Índia	Transporte	500	India: Mumbai Urban Transport Project - Phase III (MUTP)
2019	Índia	Energia	65	India: Rajasthan 250 MW Solar Project–Hero Future Energies
2019	Índia	Finanças	75	India: Tata Cleantech Sustainable Infrastructure On-Lending Facility
2019	Índia	Recursos Hídricos	145	India: West Bengal Major Irrigation and Flood Management
2019	Cazaquistão	Energia	46,7	Kazakhstan: Zhanatas 100 MW Wind Power Plant

2019	Laos	Transporte	40	Lao People's Democratic Republic: National Road 13 Improvement and Maintenance Project
2019	Multinacional	Finanças	500	Multicountry: Asia Climate Bond Portfolio
2019	Multinacional	Finanças	75	Multicountry: Asia Investment Limited Partnership Fund (Previously: Asia Investment Fund)
2019	Multinacional	Finanças	125	Multicountry: CITIC Capital Pan Eurasia Fund
2019	Multinacional	Finanças	100	Multicountry: SUSI Asia Energy Transition Fund
2019	Nepal	Energia	112,3	Nepal: Power Distribution System Upgrade and Expansion Project
2019	Nepal	Energia	90	Nepal: Upper Trishuli-1 Hydropower Project
2019	Paquistão	Transporte	71,81	Pakistan: Karachi Bus Rapid Transit
2019	Paquistão	Recursos Hídricos	40	Pakistan: Karachi Water and Sewerage Services Improvement
2019	Rússia	Transporte	500	Russian Federation: Infrastructure Development Program
2019	Singapura	Finanças	54	Singapore: Infrastructure Private Capital Mobilization Platform
2019	Sri Lanka	Outros	80	Sri Lanka: Reduction of Landslide Vulnerability by Mitigation Measures (RLVMM) Project
2019	Sri Lanka	Urbanismo	200	Sri Lanka: Support to Colombo Urban Regeneration Project
2019	Turquia	Energia	100	Efeler 97.6MWE Geothermal Power Plant Expansion Project
2019	Turquia	Urbanismo	300	Turkey: Istanbul Seismic Risk Mitigation and Emergency Preparedness Project
2019	Turquia	Finanças	200	Turkey: TKYB Renewable Energy and Energy Efficiency On-Lending Facility
2019	Uzbequistão	Infraestrutura	82	Uzbekistan: Rural Infrastructure Development Project

Rural				
2020	Ilhas Cook	Resiliência Econômica <sup>7</sup>	20	Cook Islands: COVID-19 Active Response and Economic Support Program
2020	Cambodia	Resiliência Econômica	60	Cambodia: National Restoration of Rural Productive Capacity Project
2020	Índia	Energia	35	India: Ayana Anantapuramu NTPC Solar Project
2020	Equador	Finanças	50	Ecuador: Corporación Financiera Nacional COVID-19 Credit Line Project
2020	Multinacional	Finanças	100	Multicountry: ADM Capital [Elkhorn] Emerging Asia Renewable Energy Fund
2020	Turquia	Finanças	100	Turkey: Akbank COVID-19 Crisis Recovery Facility
2020	Uzbequistão	Finanças	200	National Bank for Foreign Economic Activity of the Republic of Uzbekistan COVID-19 Credit Line Project
2020	Índia	Transporte	500	India: Delhi-Meerut Regional Rapid Transit System
2020	Bangladesh	Recursos Hídricos	200	Bangladesh: Rural Water, Sanitation and Hygiene for Human Capital Development Project
2020	Rússia	Finanças	300	Russian Federation: Russian Railways COVID-19 Emergency Response Project
2020	Multinacional	Finanças	30	Multicountry: Lightsmith Climate Resilience Partners
2020	China	Tecnologia da Informação	30	China: Legend Capital Healthcare Technology Fund
2020	Laos	Transporte	30	Lao PDR: Climate Resilience Improvement of National Road 13 South Project (Section 3)
2020	Indonésia	Tecnologia da Informação	150	Indonesia: Multifunctional Satellite PPP Project

<sup>7</sup> O setor Resiliência Econômica se refere a projetos que buscam mitigar danos econômicos devido a causas diversas.

2020	Índia	Finanças	200	India: HDFC Line of Credit for Affordable Housing
2020	Maldivas	Urbanismo	40	Maldives: Greater Malé Waste-to-Energy Project
2020	Bangladesh	Saúde	100	Bangladesh: COVID-19 Emergency Response and Pandemic Preparedness Project
2020	Turquia	Saúde	82,6	Turkey: COVID-19 Medical Emergency Response (MER) Project
2020	Uzbequistão	Saúde	100	Uzbekistan: Healthcare Emergency Response Project
2020	Quirguistão	Finanças	50	Kyrgyz Republic: Kyrgyz Emergency Support for Private and Financial Sector Project
2020	Fiji	Resiliência Econômica	50	Fiji: Sustained Private Sector-Led Growth Reform Program
2020	Vietnam	Finanças	100	Viet Nam: VP Bank COVID-19 Response Facility
2020	Geórgia	Resiliência Econômica	50	Georgia: Economic Management and Competitiveness Program: COVID-19 Crisis Mitigation
2020	Turquia	Transporte	56	Turkey: Izmir Metro Expansion Phase 4: Fahrettin Altay – Narlidere Line Project
2020	Paquistão	Resiliência Econômica	250	Resilient Institutions for Sustainable Economy (RISE) Program
2020	Turquia	Finanças	500	Turkey: COVID-19 Credit Line Project
2020	Cazaquistão	Resiliência Econômica	750	Kazakhstan: COVID-19 Active Response and Expenditure Support (CARES) Program
2020	Maldivas	Saúde	7,3	Maldives: COVID-19 Emergency Response and Health Systems Preparedness Project
2020	Indonésia	Saúde	250	Indonesia: Emergency Response to COVID-19 Program
2020	Uzbequistão	Transporte	165,5	Uzbekistan: Bukhara Road Network Improvement Project (Phase 1)

2020	Paquistão	Resiliência Econômica	500	Pakistan: COVID-19 Active Response and Expenditure Support (CARES) Program
2020	Índia	Resiliência Econômica	750	India: COVID-19 Active Response and Expenditure Support (CARES)
2020	Mongólia	Resiliência Econômica	100	Mongolia: COVID-19 Rapid Response Program
2020	Filipinas	Resiliência Econômica	750	Philippines: COVID-19 Active Response and Expenditure Support (CARES) Program
2020	Geórgia	Saúde	100	Georgia: Emergency COVID-19 Response Project
2020	Bangladesh	Resiliência Econômica	250	Bangladesh: COVID-19 Active Response and Expenditure Support (CARES) Program
2020	Indonésia	Resiliência Econômica	750	COVID-19 Active Response and Expenditure Support Program
2020	Índia	Saúde	500	India: COVID-19 Emergency Response and Health Systems Preparedness Project
2020	Bangladesh	Recursos Hídricos	170	Bangladesh: Dhaka Sanitation Improvement
2020	Multinacional	Finanças	150	Multicountry: Keppel Asia Infrastructure Fund
2020	China	Saúde	355	Emergency Assistance to China Public Health Infrastructure Project
2020	Uzbequistão	Recursos Hídricos	385,1	Uzbekistan: Bukhara Region Water Supply and Sewerage (BRWSSP)
2020	Bangladesh	Transporte	404	Bangladesh: Sylhet to Tamabil Road Upgrade Project
2020	Oman	Energia	60	Oman: Ibri II 500MW Solar PV Independent Power Plant Project
2020	Bangladesh	Energia	200	Bangladesh: Dhaka and West Zone Transmission Grid Expansion Project
2021	Azerbaijão	Resiliência Econômica	100	Republic of Azerbaijan COVID-19 Active Response and Expenditure Support (CARES) Program

2021	Índia	Outros	125	India: Resilient Kerala Program for Results
2021	Indonésia	Saúde	500	Emergency Response to COVID-19 Program - Additional Financing
2021	Ruanda	Finanças	100	Support to COVID-19 Economic Recovery Fund for Private Sector
2021	China	Transporte	300	China: Guangxi Chongzuo Border Connectivity Improvement Project
2021	Mongólia	Saúde	21	Support for COVID-19 Vaccine Delivery in Mongolia under the Asia Pacific Vaccine Access Facility
2021	Uzbequistão	Energia	100	Uzbekistan: Sirdarya 1,500MW CCGT Power Project
2021	Uzbequistão	Urbanismo	100	Medium-size Cities Integrated Urban Development Project
2021	Multinacional	Finanças	150	Multicountry: Global Infrastructure Partners Emerging Markets Fund I (“GIP EM” or the “Fund”)
2021	Singapura	Finanças	80	Singapore: Asia Infrastructure Securitization Program
2021	Índia	Energia	75	India: India City Gas Distribution (CGD) Financing AGPCGPL
2021	Turquia	Finanças	250	Turkey: Eximbank COVID-19 Credit Line Project
2021	Geórgia	Finanças	100	Georgia: TBC Bank COVID-19 Credit Line Project
2021	Índia	Urbanismo	105	India: Punjab Municipal Services Improvement Project
2021	Índia	Urbanismo	105	India: Kerala Solid Waste Management Project
2021	Multinacional	Finanças	90	Multicountry: Aberdeen Standard Investcorp Infrastructure Partners
2021	Filipinas	Saúde	300	Second Health System Enhancement to Address and Limit COVID-19
2021	Sri Lanka	Finanças	180	Sri Lanka: COVID-19 Emergency and Crisis Response Facility
2021	Maldivas	Energia	20	Maldives: Solar Power Development and Energy Storage Solution

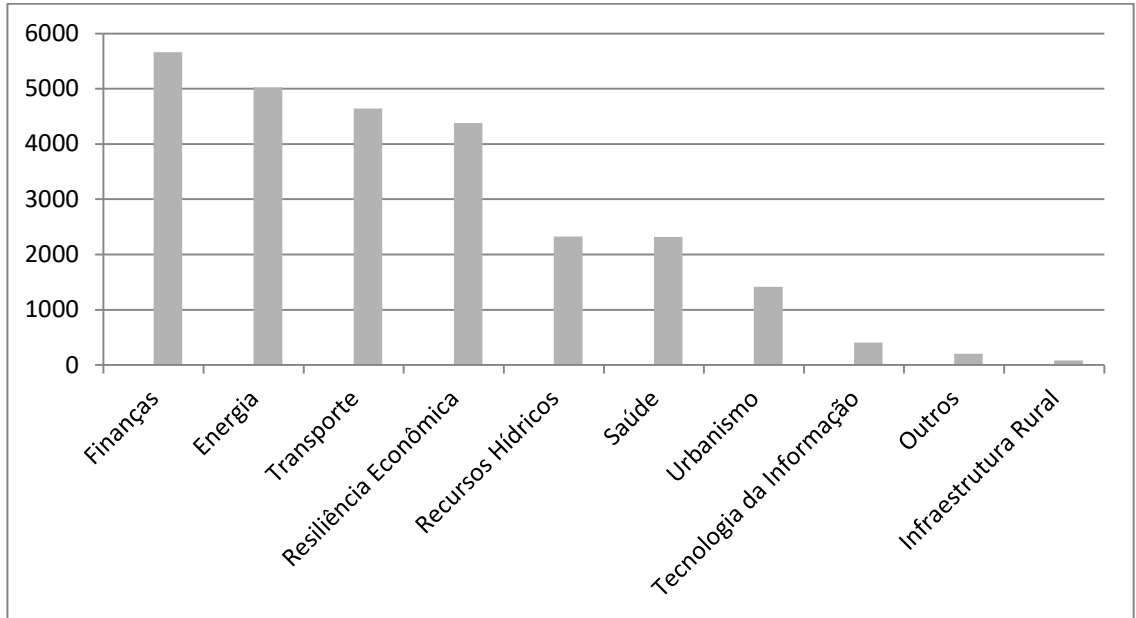
2021	Bangladesh	Transporte	260	Bangladesh: Mymensingh Kewatkhali Bridge Project
2021	Bangladesh	Finanças	300	Bangladesh: COVID-19 Emergency and Crisis Response Facility
2021	Índia	Energia	304	India: Assam Intra-State Transmission System Enhancement Project
2021	Indonésia	Energia	310	PLN East Java & Bali Power Distribution Strengthening Project
2021	Multinacional	Finanças	150	Multi-Country: ISQ Growth Markets Infrastructure Fund
2021	Índia	Energia	50	India: Enel Green 300 MW Solar Project – Rajasthan
2021	Paquistão	Energia	250	Pakistan: Balakot Hydropower Development Project
		Total	26452,41	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do AIIB (2021).



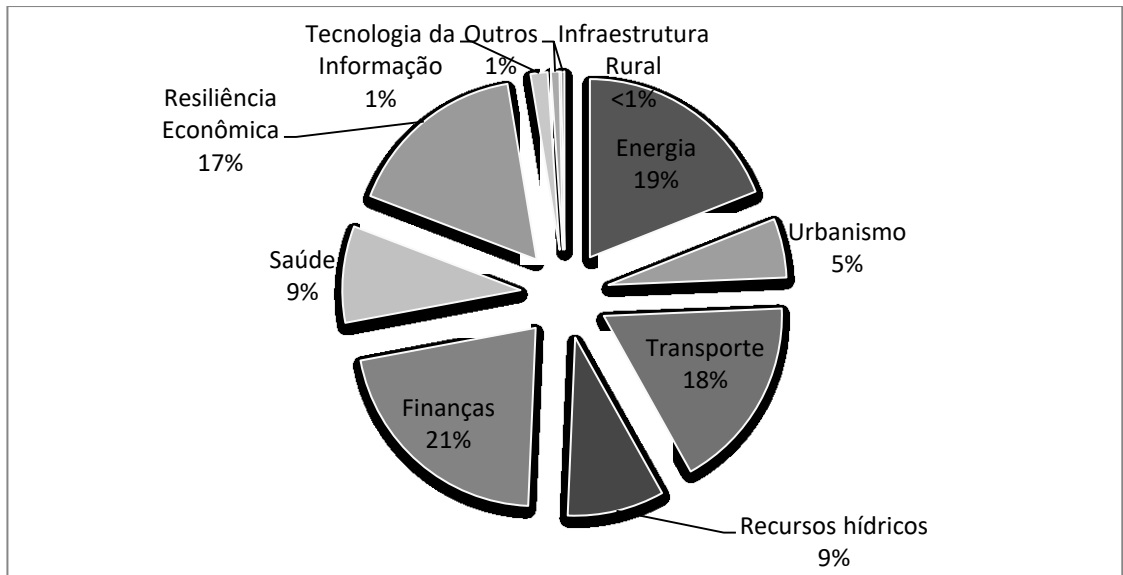
A partir destes dados acerca dos projetos do AIIB, podemos fazer um compilado dos setores que mais receberam aportes de recursos desde 2016:

Figura 4: Valor total dos financiamentos do AIIB por setor (em milhões de US\$)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do AIIB (2021).

Figura 5: Alocação dos recursos do AIIB por setor (em porcentagem)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do AIIB (2021).

Os dois gráficos acima indicam que, de todos os projetos financiados pelo AIIB, US\$ 5,023 bilhões (ou 19%) foram em projetos de energia, US\$ 1,414 (ou 5%) bilhão foi em

projetos em urbanismo, US\$ 4,642 bilhões (ou 18%) foram em projetos de transporte, US\$ 2,322 bilhões (ou 9%) foram em projetos em recursos hídricos, US\$ 5,659 bilhões (ou 21%) foram em projetos na área de finanças, US\$ 2,315 bilhões (ou 17%) foram em projetos para a área de saúde, US\$ 4,380 bilhões (ou 17%) foram para projetos a fim de mitigar danos econômicos, US\$ 407,1 milhões (ou 1%) foram para projetos na área de tecnologia da informação e comunicações, US\$ 85 milhões (ou menos de 1%) foram para a área de infraestrutura rural e desenvolvimento agrário, e US\$ 205 milhões (ou 1%) foram para outros tipos de projetos.

De todos os projetos, a maioria se deu para a área de infraestrutura propriamente dita, como era a previsão inicial do AIIB. Nos anos de 2020 e 2021 uma parte dos recursos foi utilizada para financiar projetos diretamente relacionados à pandemia de COVID-19.

#### 4.2) O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura como ferramenta do multilateralismo chinês

Cabe apontar as semelhanças entre duas novas instituições financeiras multilaterais, que de alguma maneira são um desafio para os bancos de desenvolvimento tradicionais: o AIIB e o New Development Bank (NDB). Ambas as novas instituições têm na China um articulador impactante (Wang, 2017).

A relação entre instituições regionais e globais são importantes e controversas em governança global. Atualmente o esquemas regionais e sub globais estão novamente em ascensão. Em cooperação para o desenvolvimento, há uma instituição global (o Grupo Banco Mundial) e mais de vinte bancos de desenvolvimento regionais. A relação entre os diferentes bancos de desenvolvimento foi discutida por vários grupos, mas tem se tornado mais saliente nos últimos anos com a criação do New Development Bank (NDB) e pelo Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB).

Ainda segundo Wang (2017), uma motivação para a criação do AIIB e do NDB é o desejo das economias emergentes de reformar o sistema de governança financeira já existente. Os anos 2010 viram tentativas de reforma no poder decisório dos bancos tradicionais (FMI e Banco Mundial) a fim de que os países emergentes como os países do BRICS tivessem mais votos. Apesar de serem encaminhadas essas mudanças de votos e peso relativo no FMI e no Banco mundial, foi um processo muito demorado e não reverberam a total preponderância que os países emergentes ocupam na economia mundial (Wang, 2017).

Os novos bancos de desenvolvimento multilaterais foram também direcionados por interesses nacionais das economias emergentes. Um exemplo seria a possibilidade de a China direcionar alguns dos recursos dessas instituições para projetos que beneficiem de alguma forma a conectividade com tal país. Os primeiros projetos do AIIB, por exemplo, foram em energia, transporte e desenvolvimento urbano alocados junto aos países previstos na iniciativa da Nova Rota da Seda, o projeto ambicioso chinês de desenvolvimento e relações internacionais (Wang, 2017).

O AIIB e o NDB podem ser instrumentos de países emergentes para reduzir a dependência da moeda americana, o dólar. Para Wang (2017) os bancos, apesar de utilizarem o dólar como moeda de investimento, planejam aos poucos utilizar moedas locais. O AIIB, com 100 bilhões de dólares de capital autorizado para captação, indica que 20 por cento será capital depositado, sendo o resto advindo de captações no mercado financeiro. Como fazem parte do AIIB diversos países de fora da região asiática, com boas notas de classificação de crédito, será relativamente mais fácil a captação de recursos para projetos em comparação com o NDB, onde somente a China possui uma classificação alta, de AA-. Isso, por sua vez, seria um argumento para manter a dominância do dólar na dinâmica do banco, o que enfraqueceria o possível intuito de utilizar moedas locais.

Não havia conflito na existência de diversos bancos multilaterais de desenvolvimento ao longo das décadas. Os bancos trabalhavam em cooperação até mesmo para facilitar respostas a crises financeiras globais. “A maioria dos bancos regionais de desenvolvimento são organizados e governados de maneiras similares ao Banco Mundial e aderem a valores e prioridades similares de assistência ao desenvolvimento” (Wang, 2017, p.115). Isso não quer dizer que não havia debate sobre a relação dos diversos bancos de desenvolvimento. Nos anos 2000 alguns críticos argumentavam que a justaposição dos bancos regionais e dos globais não providenciava um valor adicional adequado. Nos últimos anos, bancos regionais de desenvolvimento ganharam mais atenção. Eles teriam mais vantagens devido ao seu conhecimento local e redes de contatos, além de melhor representar os países da região.

Ainda segundo Wang (2017), os novos MDBs podem trazer mais investimento em infraestrutura para países em desenvolvimento, uma vez que os bancos tradicionais diminuiriam drasticamente seus investimentos nessa categoria (voltando-se para redução de pobreza, boa governança, refugiados, mudança climática, entre outros). Autores como Gu (2017) afirmam que isso se deu, pois os EUA (principais formuladores das políticas dos bancos tradicionais) entenderam que essa era a melhor estratégia de abordagem para esses bancos. O AIIB e o NDB podem complementar os bancos tradicionais em diferentes

dimensões de desenvolvimento. Wang (2017) afirma que outro benefício dos novos bancos é o de trazerem um novo ímpeto por reformas nos bancos de desenvolvimento tradicionais, especialmente em seus modelos de governança e tomada de decisão. Ademais, o AIIB planeja ser mais enxuto em pessoal e mais eficiente que os Bancos tradicionais: não existe um conselho diretor residente, ao contrário do que ocorre com o Banco Mundial. O conselho diretor se encontra periodicamente para tomar as decisões necessárias (Wang, 2017).

O AIIB planeja manter poucos funcionários e pode ser um modelo de operações mais eficiente para os bancos tradicionais, inclusive fazendo com que a aprovação de projetos seja mais rápida. Por fim, a criação dos novos bancos de desenvolvimento reavivou, especialmente no Grupo Banco Mundial, a atenção no setor de infraestrutura, de modo que o Banco Mundial lançou, em 2014, o Global Infrastructure Facility (GIF). O GIF busca coordenar os esforços dos bancos multilaterais de desenvolvimento, do setor privado e de governos nacionais em investimentos em infraestrutura, tendo um fundo inicial de 100 milhões de dólares (Wang, 2017).

A maior preocupação das organizações de desenvolvimento internacionais e do governo dos EUA acerca dos novos bancos de desenvolvimento multilaterais é que esses bancos não seguirão as regras praticadas pelo Banco Mundial (estar em conformidade com diretrizes de proteção ao meio ambiente, por exemplo) e outros bancos regionais tradicionais. Se esse for o caso, o AIIB e o NDB podem minar os padrões, objetivos e valores existentes os quais os bancos tradicionais buscam estabelecer.

Apesar de seguir várias práticas comumente adotadas em financiamentos de desenvolvimento, o AIIB e o NDB divergem do Banco Mundial e outros bancos de desenvolvimento multilaterais em várias questões. Em primeiro lugar, o AIIB e o NDB rejeitam o uso de financiamento para o desenvolvimento como forma de influência a fim de promover mudança social e política nos países tomadores de empréstimos. Em segundo lugar, em relação a salvaguardas ambientais, muitas organizações não governamentais dentro e fora da China criticam a falta de detalhes e de mecanismos de execução e ao curto e superficial processo de consulta. A leniência dos novos bancos multilaterais de desenvolvimento em relação a projetos que podem ter consequências sociais e ambientais negativas pode tornar esses bancos mais atraentes a alguns investidores, mas isso dificulta os outros bancos tradicionais em apoiar seus padrões (Wang, 2017).

Outro risco potencial dos novos bancos é o grande papel da China neles. A China detém 26,06 por cento de votos no AIIB. A supremacia chinesa nessa instituição é inevitável. Com tal dominância, a China pode usar a instituição para seus objetivos de política exterior.

Como exemplo, têm-se os quatro primeiros projetos aprovados do AIIB em países da Nova Rota da Seda, diretamente atendendo aos seus interesses. “Enquanto a China expande seus laços econômicos com países vizinhos e além, é possível que ganhe maior influência política como resultado” (Wang, 2017, p.116).

Ao cofinanciar projetos com o AIIB e o NDB, os bancos multilaterais de desenvolvimento tradicionais podem assegurar que suas salvaguardas são aplicadas nos projetos, mas também devem concordar com uma série de padrões aos quais os tradicionais e novos MDBs vão aderir em suas próprias operações.

Ademais, pode-se entender a criação do AIIB como um contraponto a um dos mecanismos mais claros da hegemonia liberal norte-americana na região: o *Asian Development Bank*.

Um dos mais tradicionais bancos de desenvolvimento da região asiática é o Banco Asiático de Desenvolvimento (*Asian Development Bank*, ADB), liderado desde sua fundação, em 1966, pelos Estados Unidos e pelo Japão. A dominância nipo-americana de governo do ADB possibilitou que esse banco se tornasse um aliado efetivo das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), operando em conjunto com essas instituições em agendas conjuntas de desenvolvimento e de acordo com interesses geopolíticos de ambos os países, os governos do Japão e dos EUA. Sob a atual governança e ideologias econômicas o ADB se tornou um ator significativo na arena de assistência ao desenvolvimento, em particular em Assistência Oficial de Desenvolvimento (*Official Development Assistance*, ODA)<sup>8</sup>. (Jakupec e Kelly, 2015).

Ademais, vale salientar que 53 dos 68 membros do ADB se juntaram ao AIIB desde sua fundação (até agosto de 2021). Os membros dos dois bancos (AIIB e ADB) se concentram na Ásia e Europa, sendo que o ADB não possui membros africanos, nem da América Latina. As exceções mais notáveis de países que fazem parte do ADB e que não aderiram ao AIIB são os EUA, o Japão e Taiwan. O Japão é praticamente a única grande economia asiática que não se candidatou a ser membro do AIIB. Em contrapartida, o Japão prometeu mais de US\$ 100 bilhões para o desenvolvimento da infraestrutura asiática em meados dos anos 2010s, dos quais cerca de metade foram para o ADB. Taiwan apresentou um pedido, mas foi rejeitado, o que claramente evidencia a liderança chinesa no AIIB, que não reconhece Taiwan como um país independente. Outros países de economia média que não se juntaram ao AIIB incluem Iraque, Síria e Iêmen. Ao não se juntarem ao AIIB, os japoneses se

---

<sup>8</sup> *Official Development Assistance* (ODA) é definida pela OCDE como auxílio governamental que promove e tem como alvo o desenvolvimento e bem-estar especificamente de países em desenvolvimento (OCDE, 2021).

isolaram no sentido de ter alguma influência no banco, ao mesmo tempo em que buscaram fortalecer o ADB.

As relações frias entre Japão e China também levaram o Japão a entender a China como um competidor, ao invés de um colaborador em diplomacia em infraestrutura, tanto na Ásia quanto em outras regiões [...] Apesar da ausência do Japão e dos Estados Unidos, tanto o banco de Desenvolvimento da Ásia, que é controlado pelo Japão e pelos EUA, e presidido por um cidadão japonês (Takehiko Nakao), e o Banco Mundial, controlado pelos Estados Unidos e dirigido por um cidadão norte-americano (Kim Young Kim), recebem bem o estabelecimento do AIIB. Eles expressaram o desejo em trabalhar com o novo banco a fim de financiar o desenvolvimento global” (Chan, 2016, p. 8-9).

Segundo Jakupec e Kelly (2015), no que diz respeito à motivação política, a China está ciente das vantagens que podem emergir da liderança de um “projeto” de infraestrutura regional em grande escala. A China ganhará vantagens político-econômicas estratégicas em termos de consolidação de sua posição como o centro econômico da Ásia-Pacífico. Segundo Pongsudhirak (2014), esse vem sendo um objetivo chinês geralmente reconhecido.

Deve-se assumir que o AIIB desafia e continuará desafiando a supremacia do ADB (liderado pelo Japão) como o maior prestador para o desenvolvimento na região. Dessa forma, recusando-se a aderir ao AIIB, tanto os EUA quanto o Japão perderam uma oportunidade de participar na governança dessa instituição. Eles colocaram em risco sua própria capacidade (e a do ADB) de moldar a agenda de desenvolvimento da região Ásia-Pacífico. Ainda, a não participação desses líderes globais pode fazer com que suas empresas tenham mais dificuldade em participar como contratados em projetos financiados pelo AIIB. Jakupec e Kelly (2015) sustentam que a China está em totais condições de estender e fortalecer sua esfera de influência geopolítica na região.

A fim de manter sua relevância e competitividade, o ADB reconheceu a importância do AIIB e tomou a iniciativa de cooperar com o novo banco de desenvolvimento. Contudo, o que se tem visto nessa cooperação é que o ADB se ajusta à agenda do AIIB (e não o contrário). Nessa cooperação, é exigida a flexibilidade do ADB para acomodar abordagens de ajuda ao desenvolvimento voltadas à infraestrutura, e não aos demais tipos de ajuda ao desenvolvimento que tem se acostumado nos últimos anos, a agenda de ajuda ao desenvolvimento das instituições de Bretton Woods (combate à pobreza, financiamento à educação, governabilidade etc.). O ADB não é capaz de manter sua estrita estrutura de governança da ajuda existente. Ainda, o AIIB, liderado pela China, não abraça uma política econômica neoliberal adotada pelo ADB (Jakupec e Kelly 2015).

O ADB possui uma forte estrutura organizacional burocrática e hierárquica, moldada em grande medida pelo Ministério das Finanças japonês. Suas condições de empréstimos e

elegibilidade de projetos são mais rígidas que o do AIIB. De todo modo, há sinais de inflexibilidade na cultura organizacional do ADB, faltando a flexibilidade necessária para coexistir com o AIIB (com suas abordagens potencialmente menos rigorosas e estratégicas), que vem tomando um espaço cada vez mais proeminente na região (Birdsall, Morris e Rueda-Sabater, 2015).

A ideologia econômica das agências de ajuda ocidentais, especialmente aquelas construídas à imagem do sistema de Bretton Woods, como o ADB, excluiu muitas possibilidades de ajuda ao tornar muitas das condições rígidas, inflexíveis e pouco eficientes na entrega do que a população local dos países destinatários necessita. A perspectiva chinesa, com o AIIB, é oposta: a decisão do empréstimo deve ser imediatamente obtida se houver uma necessidade autêntica de ambas as partes, o doador e o receptor do financiamento.

Além da questão da perda de relevância do ADB frente ao protagonismo do AIIB, Guttal (2005) indica que o ADB vem sofrendo há décadas com falhas repetidas para entregar os benefícios de seus projetos. Segundo o autor, relatórios independentes de grupos de cidadãos, pesquisadores, movimentos populares e organizações de sociedade civil de doze países da região asiática mostraram que há um receio latente dos projetos mal concebidos, mal implementados e mal gerenciados do ADB que bloqueiam a participação pública no planejamento dos projetos e programas e que enfraquecem governanças locais e nacionais por meio de métodos operacionais não democráticos e não transparentes. Os projetos, sobretudo de infraestrutura, apoiados pelo ADB, repetidamente teriam deslocado milhares de pessoas na região asiática com pouca ou nenhuma compensação, e resultaram em impactos ambientais e sociais negativos. Projetos desse tipo teriam sido testemunhados na Índia, Indonésia, Sri Lanka e Paquistão (quatro dos maiores tomadores de empréstimos do ADB).

O AIIB tem uma vantagem significativa em relação ao ADB, em virtude da experiência chinesa em desenvolvimentos em infraestrutura de grande magnitude, além do fato da superlativa capacidade financeira dos membros do AIIB e da China para financiar esses enormes projetos de infraestrutura. Portanto, a provável relevância existente do ADB na região Ásia-Pacífico será significativamente reduzida com o tempo, e com isso, a relevância da influência da hegemonia americana e japonesa na região (Jakupec e Kelly 2015).

Gu (2017) indica que o multilateralismo chinês no AIIB é diferente do multilateralismo Americano, embutido por instituições de Bretton Woods, e que permitiram ao hegemon, os EUA, fortalecer sua liderança na economia mundial. A China não é o hegemon e não tem pretensões de contrariar a ordem mundial existente pelo estabelecimento do AIIB, o primeiro esforço de países em desenvolvimento asiáticos de serem iniciadores,

com a China no centro, no desenvolvimento multilateral em finanças. O multilateralismo chinês busca melhorar a governança global no sentido de melhor representar as forças sub representadas.

A China decidiu pelo multilateralismo, e não pelo bilateralismo, apesar das vantagens do segundo. Segundo o autor, isso se deve essencialmente por conta de lições da história: em ondas de esforços históricos para desenhar a ordem internacional, o multilateralismo foi uma chave para as tentativas de sucesso, ao passo que a falta de multilateralismo condenou a um destino de falhas (Gu, 2017).

O governo chinês usa dois meios em direção à governança regional. O primeiro é iniciar instrumentos multilaterais, como o AIIB e a Nova Rota da Seda, e a segunda é tentar reformas em organizações tradicionais que os EUA criaram e sustentaram ao longo das décadas pós Segunda Guerra.

O autor (Gu, 2017) indica que a China busca projetar sua experiência em construção de infraestrutura para a arena internacional, através do AIIB. É esperado que o AIIB produza um impacto nas reformas políticas internas da China. O banco busca ser uma instituição multilateral de alto escalão. A China procura se vincular a uma estrutura institucional internacional aberta e de alto padrão. Se uma empresa chinesa busca ser financiada por um projeto do AIIB, ela terá que se conformar com os padrões altos que se aplicam a todas as fases do projeto. Manter o alto padrão reforçará a atualização da economia e comércio chineses, seu próprio interesse.

O multilateralismo nas tomadas de decisão do AIIB pode ser verificado na medida em que, mesmo com 26.06% de poder de voto, a China não busca o poder de veto nas decisões, sendo elas tomadas em consenso.

A China é um poder emergente que se questiona o que fazer com suas novas capacidades. Ikenberry e Lim (2017) se questionam como a China usa novas instituições internacionais para avançar seus interesses. A China está operando em instituições antigas de forma mais engajada, ao mesmo tempo em que tenta e está criando novas instituições.

O crescimento e emergência da China como um poder global, como explicado no capítulo 2, levam-na a uma dinâmica descrita por teóricos e historiadores como Robert Gilpin (1981). Essa dinâmica é a de que poderes globais crescem e desafiam e contestam os termos da ordem internacional a fim de encontrar seus próprios termos de interesse. Os Estados que formaram a presente ordem internacional agora veem a China como um desafiante. Ela tem, cada vez mais, interesses e poderes que a levam a buscar moldar as regras e instituições das ordens regional e global.



Apesar de seguir um caminho parecido de poder emergente possivelmente contestador da ordem internacional, a China encontra uma distinta ordem, em relação ao que já ocorreu com outros poderes emergentes. Em primeiro lugar, o país está emergindo numa ordem que é extremamente institucionalizada. Em segundo lugar, um grande número de Estados independentes existe nessa ordem e está participando nessas instituições, gozando de muitos benefícios. Caso a China busque se integrar ou desafiar a ordem existente, seu caminho inevitavelmente se encontrará com esse denso arranjo de instituições internacionais e com diversos interesses de aproximadamente duzentos Estados soberanos. Esse denso arranjo de instituições criará tanto oportunidades quanto constrangimentos.

Como a ordem liberal é mais institucionalizada que ordens anteriores, será mais difícil superá-la ou substituí-la. A ordem atual, liberal, tem uma durabilidade que as outras não tinham. Ela está mais intrincada nas economias e sociedades do mundo. Outros fatores reforçam sua durabilidade: a questão das armas nucleares, que estão nas mãos da maioria dos países mais poderosos, e que impedem, ou tornam mais difícil, uma grande guerra. Historicamente, a guerra era um mecanismo que trabalhava para destruir ordens anteriores, e há mais essa possibilidade. Outro fator é a grande presença de democracias liberais ao redor do mundo, Estados que são profundamente integrados à ordem existente.

Stephen e Skidmore (2019) se questionam acerca do futuro da ordem liberal internacional com o avanço da China como maior economia do mundo em poucos anos, uma vez que, apesar de ter se juntado à ordem liberal previamente estabelecida ao longo dos anos (participação nas principais instituições multilaterais), o país tem buscado construir sua própria ordem. Proeminentemente nessa construção de uma nova ordem o papel do AIIB é crucial. Enquanto se conforma, em grande medida, aos modelos institucionais existentes, o AIIB promove a integração da China em redes sociais globais, fortalece o desenvolvimento liderado pelo país, e está associado à norma chinesa de não interferência. Portanto, segundo os autores, o AIIB prenuncia a possibilidade de uma ordem internacional institucionalizada diferente do liberalismo. O AIIB reflete tensões entre os efeitos de socialização da ordem internacional liberal e o modelo político econômico chinês liderado pelo Estado, portanto, não liberal.

A ordem internacional liberal, tradicionalmente associada com regras baseadas no multilateralismo, abertura econômica e na propagação de valores e instituições liberais (incluindo democracia representativa e direitos humanos) vem sendo comprometida desde o início do séc. XXI (Ikenberry, 2009). Em primeiro lugar os EUA, grandes fiadores dessa ordem (na verdade os criadores e sustentáculos da mesma desde a sua concepção, ao fim da

Segunda Guerra Mundial) não possuem mais capacidades materiais e ideológicas de sustentar os valores e instituições liberais num nível global. Os EUA, na realidade, também não teriam mais interesse em sustentar essa ordem.

A China tem sido a principal fiadora na defesa da globalização econômica, tem aumentado sua ajuda internacional, e se comprometeu a:

Defender a autoridade e o status das Nações Unidas, a ativamente cumprir suas obrigações e deveres internacionais, a permanecer firmemente comprometidas com as promessas da China de combater as mudanças climáticas, a ativamente impulsionar a iniciativa da Nova Rota da Seda, e a ser sempre um colaborador do desenvolvimento global e mantenedor da paz mundial e da ordem internacional (Xi, J., 2018, tradução nossa).

Como parte chave do comprometimento de manter a ordem internacional, a China ainda estabeleceu outras instituições multilaterais para além dos já citados AIIB e New Development Bank: O Acordo da Iniciativa de Chiang Mai (CMIM, assinado em 2014)<sup>9</sup>, a expansão da Organização para a Cooperação de Xangai (SCO, fundada em 2001)<sup>10</sup>, e a Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP)<sup>11</sup>.

O AIIB e as novas iniciativas institucionais da China não constituem uma grande alternativa ideológica à ordem internacional liberal, nem representam um esforço para colocar uma marca chinesa no mundo ou impor um sistema completamente novo. A criação dessas novas instituições pode, e provavelmente irá, resolver deficiências das instituições estabelecidas há décadas e fornecer um mecanismo para a China subverter os privilégios institucionais dos EUA. Ao mesmo tempo, os acordos bilaterais firmados no âmbito da iniciativa da Nova Rota da Seda e a adoção de novas instituições internacionais (como o AIIB), apesar de não desafiarem abertamente as características distintas do sistema internacional liberal (multilateralismo, direitos humanos, abertura econômica), ainda assim erodem essa ordem ao emprestar características chinesas no relacionamento entre os países envolvidos nessas iniciativas (Stephen e Skidmore, 2019).

Wan (2016) afirma que a China quer, com o AIIB, tornar as instituições financeiras internacionais de desenvolvimento mais eficientes, menos burocráticas em relação ao Banco

---

<sup>9</sup> A **Iniciativa de Chiang Mai (CMIM)**, em inglês) é um acordo de divisas multilateral entre os dez membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático, mais a República Popular da China, Japão e a Coreia do Sul.

<sup>10</sup> A **Organização para Cooperação de Xangai (SCO)**, em inglês). é uma organização política, econômica e militar da Eurásia, que foi fundada em 2001 em Xangai pelos líderes da China, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão. Sua finalidade é a cooperação para a segurança.

<sup>11</sup> A **Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP)**, em inglês) é um tratado de livre comércio proposto na região Ásia Pacífico entre os estados membros da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) e mais cinco países: Austrália, China, Japão, Nova Zelândia e Coreia do Sul. O tratado foi assinado ao fim de 2020.

Mundial e o *Asian Development Bank*, com menos funcionários e mais transparentes. Além disso, os Estados Unidos, que tradicionalmente tinham a liderança no que diz respeito a auxílio financeiro para instituições multilaterais, nos últimos anos focaram seus esforços financeiros em defesa e gastos militares, o que abriu uma janela de oportunidade para que outros países, como a China, preenchessem esse espaço, um espaço institucional vago.

Wan (2016) indica que a criação do AIIB é um grande sucesso diplomático para a China no sentido de que obteve um de seus objetivos em relações internacionais: mais influência nas finanças globais e na geopolítica e geoeconomia na Ásia. A China tem sido oportunista no que tange a criação e manutenção do AIIB: não há um revisionismo da ordem internacional, uma vez que as regras do jogo político e econômico são as mesmas no funcionamento do novo banco. Apesar disso, ela ainda representa uma mudança de *status quo* significativa. O autor ainda acredita que estamos no início de uma mudança fundamental nas relações internacionais.

Renard (2015) aponta que o AIIB representa uma nova realidade geopolítica. Essa nova realidade seria devido à instituição marcar um ponto de inflexão no sentido de a China poder exercer poder de influência e cultural no seu entorno regional, indo ao encontro à sua cada vez mais impressionante capacidade material bruta. Segundo o autor, o AIIB é o maior sucesso chinês na empreitada de exercer poder de influência e cultural no mundo.

Além disso, as controvérsias em torno do lançamento do AIIB fortaleceram a posição da China na necessidade de uma reforma multilateral. A China não apenas enfraqueceu o argumento daqueles que afirmam que ela desconsidera o multilateralismo, como também lança luz sobre o papel negativo desempenhado pelos poderes já estabelecidos, em especial os Estados Unidos, em resistir em legitimar as demandas chinesas por um maior papel no sistema multilateral. Acima de tudo, a China “dividiu” com sucesso o ocidente, uma vez que aliados norte-americanos se juntaram ao AIIB, um após o outro. Pela primeira vez, os Estados Unidos encontraram-se isolados globalmente, não a China (Renard, 2015, p.4, tradução nossa).

Sobretudo, é essa divisão no ocidente, com os principais países da Europa Ocidental se juntando ao AIIB, e o isolamento dos Estados Unidos e do Japão, que apontam para essa mudança geopolítica no que diz respeito à influência da China na região asiática.

Segundo Renard (2015) houve grandes divisões nos países ocidentais com a introdução do AIIB como ator nas dinâmicas de financeiras na Ásia. Em primeiro lugar, a maioria dos aliados norte-americanos da região Ásia-Pacífico, como Austrália e Coreia do Sul, se juntou ao banco, apesar de objeções, esforços e pressões de norte-americanos para que isso não ocorresse. Segundo, aliados norte-americanos importantes na Europa ocidental, como França, Reino Unido e Alemanha, também se juntaram ao AIIB sem se preocuparem com consequências geopolíticas dessa ação. Essas divisões teriam isolado de alguma forma os

EUA e o Japão de seus aliados históricos, na região que mais cresce economicamente no mundo atualmente. Em conclusão, Renard (2015) acredita que a nova experiência chinesa multilateral com o banco representa uma continuidade, muito mais do que uma ruptura com a ordem multilateral vigente. A China entende que a atual ordem internacional liberal tem seu valor, uma vez que se beneficiou de sua estrutura durante décadas para seu próprio crescimento.

Sobre o AIIB, Ikenberry e Lim (2017), indicam que reações à emergência do banco foram variadas. Para analistas num extremo, o AIIB representa um potencial de vanguarda para uma ordem econômica mundial alternativa. Já uma visão mais pragmática identifica a oportunidade de criar do zero um banco de desenvolvimento melhor.

O AIIB oferece um novo mecanismo para buscar objetivos de desenvolvimento (Ikenberry e Lim, 2017). A economia doméstica chinesa está de frente com uma transição desafiadora de um modelo de crescimento conduzido por investimento para um modelo de crescimento conduzido pelo consumo. As companhias chinesas necessitam aumentar sua competitividade global. O estabelecimento do AIIB auxilia na materialização destes objetivos de várias formas. Em primeiro lugar, novos projetos de infraestrutura no exterior oferecem escoamento para aliviar a sobrecapacidade em setores industriais maiores, como a construção, onde retornos domésticos têm declinado. Em segundo lugar, o AIIB vai utilizar a experiência em empréstimo de Estados credores e seu conhecimento especializado de projeto financeiro e diligência prévia (o processo de investigação de uma oportunidade de negócio que o investidor deverá aceitar para poder avaliar os riscos da transação). Essas parcerias multilaterais permitem a China reduzir os riscos de empréstimo dos seus investimentos estrangeiros ao mesmo tempo em que toma a dianteira institucional da frequência, alocação e operação desses investimentos. Em outras palavras, a China pode aumentar seus retornos de investimentos externos ao participar de investimentos mais seguros, dividindo riscos ao mesmo tempo em que retém influência sobre onde o capital é alocado.

Ikenberry e Lim (2017) ainda afirmam que, além das motivações pecuniárias, o AIIB também representa uma nova ferramenta de exercício de influência e autoridade estatais através de dois caminhos. O primeiro seria a influência obtida através da ameaça de “saída”: oferecendo uma alternativa ao sistema multilateral de empréstimos para o desenvolvimento de Bretton Woods. A segunda influência seria através do fomento da interdependência assimétrica (onde a China é a maior economia mantendo uma forte relação bilateral com um país de menor economia, que terá menos disposição de romper o vínculo criado a partir do

AIIB). O AIIB permite a China aprofundar o engajamento econômico com o resto do mundo, potencialmente erodindo a influência dos EUA.

Ikenberry e Lim (2017) se aprofundam no questionamento de que maneira o AIIB tem um impacto contra hegemônico na ordem internacional liberal. Em primeiro lugar as regras, práticas e normas das instituições financeiras tradicionais para o desenvolvimento muitas vezes constroem os países tomadores de empréstimos com uma série de contrapartidas associadas ao financiamento. O AIIB pode perturbar a ordem estabelecida, pois não limita os empréstimos, não pede contrapartidas e reduz padrões de transparência e contabilidade. Isso permite aos países recipientes de empréstimos contornarem mecanismos de controle do sistema multilateral, em oposição ao Banco Mundial e ao ADB.

Em relação à balança de poder na região, a existência do AIIB significa que a China agora exerce liderança sobre um ator institucional significativo na região do planeta mais dinâmica economicamente. Além disso, o banco demonstra que a China tem opções de “saída” e pode eventualmente se desvincular de outras instituições previamente estabelecidas. Segundo Daksueva e Yilmaz (2018), o AIIB molda um novo paradigma de relacionamento entre a China e os países menos desenvolvidos do sudeste asiático, que deixaria de ser caracterizado por uma cooperação tradicional sul-sul e passaria a se comportar como uma parceria norte-sul.

Na medida em que seu poder aumenta, a China tende a se comportar de forma parecida como os Estados do “norte”, mais desenvolvidos e representados tradicionalmente pelos EUA, a Europa ocidental e o Japão. Esse comportamento inclui a utilização de vários instrumentos para influenciar países na região próxima e os convencer a agir em conformidade com sua liderança política e objetivos de desenvolvimento. O AIIB oferece à China uma plataforma viável a fim de ter maior voz e interferência no desenvolvimento regional, o que pode ser traduzido em maior habilidade de influenciar política e economicamente a região (Daksueva e Yilmaz 2018).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema multilateral presente foi criado numa ordem internacional específica: a ordem internacional liberal (Bull, 2007), notadamente com o final da Segunda Guerra, e com os EUA como principais fiadores. Apesar de até a atualidade continuar a desempenhar seu papel estabilizador, esse sistema multilateral passa por um momento de fragilidade. Autores como Gilpin (2008) afirmam que essa fragilidade se dá pois a hegemonia que construiu o sistema multilateral, os EUA, vem deixando o posto de poder internacional incontestável. Bull (2007) indica que o sistema pós-Segunda Guerra não levava em conta a extensão total dos Estados em desenvolvimento, e somente o concerto dos países centrais.

A globalização e a emergência político-econômica de países fora do centro capitalista a partir do final da Guerra Fria se mostraram pontos de instabilidade para o sistema multilateral tradicional liberal. Bull (2007) vai além e indica que a ascensão de empresas transnacionais também seria um ponto de instabilidade para esse sistema. Mas de fato, a principal força nesse sentido de instabilidade é a emergência de países como China e Índia no sistema político internacional.

Nesse sentido, a emergência da China foi escolhida nessa pesquisa como ponto de partida para a análise da crise do sistema multilateral liberal, como um fator de mudança desse sistema. A China, uma sociedade milenar e que já figurou como maior potência mundial numa época em que o mundo não era interconectado está crescendo cada vez mais e, em breve, deve figurar como o país de maior economia no mundo. A estratégia *going global*, lançada no início dos anos 2000 como plano de inserção internacional de empresas chinesas (seja via exportações ou investimentos diretos externos), e mais recentemente a *Belt and Road Initiative* (BRI) apontam para um maior protagonismo chinês que pode e deve trazer consequências para o sistema multilateral liberal existente. A iniciativa chinesa da BRI ainda é muito nova, mas tem grandes pretensões. Foram indicados os possíveis interesses geopolíticos e geoeconômicos que esse grande projeto pode trazer.

Desta forma, foi escolhido nessa pesquisa trazer a criação e emergência do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) como objeto de estudo. Tanto o New Development Bank (NDB), conhecido como Banco dos BRICS, mas mais especificamente o AIIB têm o potencial de questionar o sistema liberal uma vez que as regras de participação de tomadas de empréstimos dessas instituições diferem das regras dos bancos de desenvolvimento tradicionais como o Banco Mundial. O AIIB está focado em concessão de empréstimos somente na área de infraestrutura, ao contrário dos bancos de desenvolvimento

tradicionais que concedem empréstimos para áreas como preservação de meio ambiente, qualidade institucional, combate a fome etc. Além disso, não são cobradas contrapartidas para a liberação de financiamentos, prática comum aos bancos de desenvolvimento tradicionais como o Banco Mundial ou mesmo o *Asian Development Bank* (ADB), seu concorrente direto na área de financiamentos para o desenvolvimento na Ásia, e que tem no Japão e nos Estados Unidos seus principais líderes.

Foi discutida a história do AIIB e como seu sistema de governabilidade, de atuação regional e comando global, podem ser uma forma de se trabalhar em conjunto o regionalismo e o multilateralismo universal. O AIIB atua regionalmente, porém sua estrutura tem aspirações universais. A governança é mais multifacetada, uma vez que atores de diversos países e regiões (em especial membros da União Europeia) têm certo poder de decisão. Certamente a China se mantém como principal influenciador dentro das ações do bando, já que detém quase 27% dos votos decisórios.

Daksueva e Yilmaz (2018) indicam que o AIIB será uma ferramenta, daqui para frente, que a China utilizará para influenciar politicamente e economicamente seu entorno.

Com uma governança plural, inclusive com membros de fora da região asiática, o AIIB possui regras mais brandas para conceder empréstimos à infraestrutura, o que pode sinalizar um contraponto aos bancos de desenvolvimento tradicionais moldados durante o ápice da hegemonia norte americana no pós-Segunda Guerra. O AIIB é um dos primeiros instrumentos multilaterais que o centro não regimentou suas políticas e diretrizes, então sua atuação é uma ruptura ao sistema internacional liberal que se encontra num momento de incerteza. E por ser relativamente uma nova instituição internacional, com menos de 10 anos, ainda é muito cedo para ter conclusões definitivas sobre o papel do AIIB como política e instrumento da China neste presente século. Esse é um momento de mudanças no sistema internacional, e essa instituição faz parte de um grande conjunto de instrumentos que buscam o desenvolvimento econômico que a China inaugurou e continua inaugurando na atualidade.

A China, em encontro com o que a bibliografia escolhida durante o trabalho sugere, não deseja desafiar o ordenamento internacional liberal per se. As operações do AIIB podem ser entendidas como um complemento aos financiamentos e empréstimos dos bancos multilaterais de desenvolvimento que já atuavam na região. Com esse novo banco multilateral, a China tenta fornecer fundos de desenvolvimento em infraestrutura que são altamente exigidos para a região asiática como um todo. Com isso, o objetivo chinês é se tornar um líder regional, não necessariamente global.

A iniciativa da Nova Rota da Seda ainda está longe de ser uma estrutura de desenvolvimento abrangente, mas a criação de instituições financeiras lideradas pela China como o AIIB têm promovido valores como soberania, multipolaridade, desenvolvimento de infraestrutura e uma cooperação que se afasta daquela promovida pelo sistema de Bretton Woods. Esses valores estão presentes nas instituições tradicionais como Banco Mundial e ADB, mas com compreensões diferentes. Essas novas instituições (AIIB e NDB), porém, estão incorporadas à ordem legal, e seus dispositivos não se afastam dos princípios das Nações Unidas (eles contribuem para a promoção da proteção ambiental e para objetivos de desenvolvimento social), potencialmente tornando a região asiática mais segura e próspera.

O AIIB endereça e se afirma como uma solução para um problema que existia na região: o vácuo de recursos necessários para a infraestrutura. O banco também consegue resolver a insatisfação dos países em desenvolvimento com a falta de representação e com as condicionalidades invasivas impostas pelos bancos multilaterais tradicionais, mas não está indo contra a ordem liberal. A China se beneficiou muito desse ordenamento internacional ao longo das últimas décadas para o seu expressivo desenvolvimento para querer modifica-la. O que a China está fazendo é reformular a arquitetura existente para atender às suas necessidades como líder regional em ascensão. O AIIB está longe de substituir ou desafiar drasticamente os padrões das instituições financeiras tradicionais: o banco, por exemplo, ainda utiliza o dólar americano como moeda oficial dos seus financiamentos, e não o renminbi chinês.

O foco do AIIB no desenvolvimento em infraestrutura reflete a diferente situação em que os países em desenvolvimento ainda se encontram, longe da situação dos países ocidentais desenvolvidos em que a questão da infraestrutura já foi melhor atendida. Até a década de 1980, o FMI e o Banco Mundial também investiam em projetos de infraestrutura, mas esse foco foi se esvaziando, o que deixou um vácuo para os países em desenvolvimento que necessitam até hoje de grandes investimentos em infraestrutura para manter seu crescimento econômico de forma sustentável.

A ordem internacional liberal, ainda em um período de incerteza, continuará a ser promovida em um futuro próximo por um sistema multipolar no qual a China desempenhará um papel fundamental, em conjunto com países que já a sustentam (Estados Unidos, Japão e Alemanha, por exemplo) e outros países em desenvolvimento (como Índia).

Os instrumentos multilaterais financeiros criados pela China, como o AIIB, devem ser entendidos como competidores alternativos saudáveis entre instituições que promovem um mundo multipolar, potencialmente favorecendo a sustentabilidade, segurança, uma economia



verde, além de um rejuvenescimento e diversificação das instituições tradicionais como Banco Mundial.

Como sugestão para trabalhos futuros, pode-se indicar a análise comparativa entre bancos multilaterais tradicionais (como o *Asian Development Bank* e o Banco Mundial) e os novos bancos criados pela China, aí também entrando o *New Development Bank*. Pode-se verificar de que maneira os financiamentos, a estrutura e a tomada de decisão dos bancos tradicionais foram afetadas com a emergência desses novos competidores no campo das finanças internacionais. Além disso, pode-se buscar fazer a verificação se o tipo de financiamento também foi modificado, indo a encontro a maiores demandas por valores em infraestrutura, por exemplo.



## 6 REFERÊNCIAS

Acioly, L., Leão, R. P. **A China na Nova Configuração Global – Impactos Políticos e Econômicos.** IPEA, Brasília, 2011.

AIIB, **Asian Infrastructure Finance 2019**, 2019.

AIIB, **Asian Infrastructure Finance 2021**, 2021.

Arend, Marcelo. **O Brasil e o longo século XX: condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento.** In: Rosângela Vieira. (Org.). **Brasil, China e EUA na Economia-Mundo Capitalista**, Editora Cultura Acadêmica, 2003.

Baldwin, R., “**The World Trade Organization and the Future of Multilateralism,**” In **J.A. Frieden, D.A. Lake and J.L. Broz, International Political Economy: Perspectives on Global Power and Wealth**, Taylor and Francis: London pp. 339-356, 2016

Barnett, M., Finnemore, M. **Rules for the World: International Organizations in Global Politics.** Cornell University Press, 2004.

Barnett, M. **International Progress, International Order, and the Liberal International Order.** *The Chinese Journal of International Politics*, 2021.

Batista, R. C., **Ordem Econômica Internacional.** *Espaço Jurídico*, vol. 6, 2005.

Bieler, Andreas; Morton, Adam David. **A critical theory to hegemony, world order and historical change: neoGramscian perspectives in International Relations.** *Capital & Class*, 28 (1), 2004, pp. 85-113

Birdsall, N., Morris, S., Rueda-Sabater, E. **The ADB’s Bold Move and What it Can Mean for the MDBs.** Central for Global Development, 2015.

Blanchard, J. M. F., Flint, C. **The geopolitics of China’s maritime silk road initiative.** *Geopolitics*, 2017.

Bouza, G. M. C. **O papel e atuação dos bancos de desenvolvimento frente a questão do desenvolvimento sustentável: um estudo comparativo entre Brasil e México.** Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2001.

Bown, C.P. **Mega-regional trade agreements and the future of the WTO,** Global Policy. 2017

Bull, B; Mcneill, D. **Development issues in global governance.** Routledge, Great Britain, 2007.

Bull, H. **The Anarchical Society.** Columbia University Press, New York: 1995.

Carrai, M. A. **It is not the end of History: The Financing Institutions of the Belt and Road Initiative and the Bretton Woods System.** TDM 3, 2017.

Chelsky, J., Claire, M., Kabir, M. **Investment Financing in the Wake of the Crisis: The Role of Multilateral Development Banks.** World Bank-Economic Premise, n. 121, p. 1-5, 2013.

China Policy. **China Going Global: between ambition and capacity.** 2017.

Cox, Robert W. **“Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”.** Millennium vol. 10, n. 2, 1981, pp. 126-155.

Cox, Robert W. **“Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method”.** Millennium, vol. 12, n. 2, June 1983, pp. 162-175

Daksueva, O., Yilmaz, S. **The AIIB and China-ASEAN Relations: Shaping a New North-South Paradigm.** China Quarterly of International Strategic Studies, vol. 4, 2018.

Deos, S., Mendonça, A. R. R. **Uma Proposta de Delimitação Conceitual de Bancos Públicos .** In: Jayme Jr., F. G.; Crocco, M. Bancos Públicos e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

Doyle, M. W. **A liberal view: preserving and expanding the liberal pacific union.**

Cambridge University Press, 1999.

Elvin, M. **The Pattern of the Chinese Past.** Stanford University Press, 1973.

Fairbank, J. K., Goldman, M. **China – A New History.** Harvard University Press, 2006.

Ferdinand, P. W. H. **The China Dream and the One Belt One Road: Chinese foreign policy under Xi Jinping.** *International Affairs*: vol. 92 , 2016.

Gill, Stephen. **Epistemology, ontology, and the ‘Italian school’, in: Gill, Stephen (ed.), Gramsci, Historical Materialism and International Relations.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993, pp. 21-48.

Gilpin, R. **A Economia Política das Relações Internacionais.** Brasília: Editora UNB, 2002.

Gilpin, R. **War and Change in World Politics.** New York: Cambridge University Press, 1981.

Gu, B. **Chinese Multilateralism in the AIIB.** *Journal of International Economic Law*, vol. 20, 2017.

Guttal, S. **The Asian Development Bank: a problem institution.** Workgroup on Solidarity Socio-Economy, 2005.

Gungwu, W, Yongnian, Z. **China and the New International Order.** Routledge, 2009.

Hansen, V. **The Silk Road: a New History.** Oxford Press, 2012.

Hoffman, Mark. **“Critical Theory and the Inter-Paradigm Debate”.** *Millennium*, vol. 16, n. 2, 1987, pp. 231- 250

Hurrel, A. **Narratives of Emergence: Rising Powers and the End of the Third World?** *Revista de Economía Política*, vol. 33, p. 203-221, 2013.

Ikenberry, J. G. **Liberal Internationalism 3.0: America and the Dilemmas of Liberal World Order.** *Perspectives on Politics*, vol. 7, 2009.

Ikenberry, J. G. **The End of Liberal International Order?** *International Affairs*, Vol. 94, 2018.

Ikenberry, J. G., Lim, D. J. **China's Emerging Institutional Statecraft: The Asian Infrastructure Investment Bank and the prospects for counter-hegemony.** *Project on International Order and Strategy*, 2017.

Jinping, X. **Commentary: Xi demonstrates China's role as responsible country in New Year address.** *Xinhuanet*, 2018. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2018-01/01/c\\_136865307.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2018-01/01/c_136865307.htm). Acesso em 10 de Junho de 2021.

Jukupec, V.; Kelly, M. **The Relevance of Asian Development Bank: existing in the shadow of the Asian Infrastructure Investment Bank.** *Journal of Regional Socio-Economic Issues* volume 5, 2015.

Kahler, M. **Rising powers and global governance: negotiating change in a resilient status quo.** *International Affairs*, v.89, n. 3, 2013, p. 711-729.

**Keohane, R.** The Demand for International Regimes. *International Organization*, vol. 36, 1982.

**Keohane, R.; Martin, L.** "The Promise of Institutional Theory". *International Security*, 20(1):39-51. Robert Keohane and Lisa Martin (1995), "The Promise of Institutional Theory". *International Security*, 20(1):39-51, 1995.

Keohane, Robert e Nye, Joseph. *Governance in a globalizing world.* In: Keohane, R. O. **Power and Governance in a Partially Globalized World.** New York: Routledge. 2010.

Koremenos, Barbara, Lipson, Charles and Snidal, Duncan , “**The Rational Design of International Institutions**”. *International Organization* 55(4) :761–800. 2001

Kissinger, H. **Sobre a China**. Objetiva, 2011.

Kotz, Ricardo L. **A Nova Rota da Seda: entre a tradição histórica e o projeto geoestratégico para o futuro**, UFSC, 2018.

Lopes, D. B., Ramos, L. C. S., **Existe uma Ordem Econômica Internacional? A problematização de uma premissa**. *Brazilian Journal of Political Economy*, 2009.

Magnoli, D. **Relações Internacionais: teoria e história**. Saraiva, 2004.

Masiero, G., Coelho, D. B. **A Política Industrial Chinesa Como Determinante de sua Estratégia Going Global** . *Revista de Economia Política*, vol. 34, 2014

MERICS, 2018 <https://www.merics.org/en/bri-tracker/mapping-the-belt-and-road-initiative>. Acesso em 06/08/2019

Moulder, Frances V. **Japan, China and the modern world economy: Toward a reitepretation of East Asian development**, ca.1600-1918. Cambridge University Press, 1977.

Newman, E., Thakur, R., Tirman, J. **Multilateralism under Challenge? Power, International Order, and Structural Change**. Tokyo: United Nations University Press, 2006.

Nolte, D. **How to compare regional powers: analytical concepts and research topics**. *Review of International Affairs*, n.36, 2010.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Cinco Princípios da Coexistência Pacífica**. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20299/v299.pdf>. Acesso em: 15/04/2021.

Pautasso, D. **A Economia Continental Chinesa e seu Efeito Gravitacional**. Revista de Sociologia Política, vol. 19, 2011.

Pautasso, D., Ungaretti, C. R. **A Nova Rota da Seda e a Recriação do Sistema Sinocêntrico**. Revista Estudos Internacionais, v. 4, n.3, 2017.

Polanyi, K. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Raharyo, A. **Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) as an Instrument for Regional Leadership of China in the East Asia Region**. AEGIS, Volume 2, número 2, 2018.

Redivo, A. S. **Banco Público como Agente de Desenvolvimento: a atuação do BNDES no período recente – 1990/2011**. 2012. (Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

Ren, X. **China as an Institution-builder: the Case of the AIIB**. The Pacific Review, vol. 29, 2016.

Renard, Thomas. **Partnerships for effective multilateralism? Assessing the compatibility between EU bilateralism, (inter-)regionalism and multilateralism**, Cambridge Review of International Affairs, 18-35, 2015.

Renard, T. **The Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB): China's new multilateralism and the erosion of the West**. Security Policy Brief, 63, 672, 2015.

Ruggie, J. G. **Multilateralism Matters. The theory and praxis of an institutional form**. Columbia University Press. New York, 1993.

Sarker, N. I., Hossain, A., Yin, X., Sarkar, K. **One Belt One Road Initiative of China: Implication for Future of Global Development**. Modern Economy, vol 9, p. 623-638, 2018.

Sarti, F, Hiratuga C. **Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais**. Unicamp. IE, Campinas, n. 290, abr. 2017.



Santos, P. **As políticas creditícias públicas (2006-2010) e a emergência das multinacionais brasileiras:** o papel do BNDES no financiamento da internacionalização de empresas brasileiras líderes globais. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

Schwab, S. **After Doha: Why the Negotiations Are Doomed and What We Should Do About It.** Foreign Affairs, v. 90, p. 14, 2011

Sharma, B. K., Kundu, N. D. **China's One Belt One Road: Initiative, Challenges and Prospects.** Vij Books India, 2017.

So, Alvin Y. ; Chiu, Stephen W.K. **East Asia and the World Economy.** Sage Publications, 1994.

Souza, W. P. A. **Primeiras linhas de direito econômico.** São Paulo: LTR, 1994.

Stephen, M., Skidmore, D. **The AIIB in the Liberal International Order.** The Chinese Journal of International Politics, Vol. 12, 2019.

Telò, M. **Globalization, State and Multilateralism – The Challenges of institutionalizing regionalism.** Springer, 2012.

The Square. <https://www.thesquare.blog/2017/07/28/a-primer-on-the-china-belt-and-road-initiative/>. Acesso em 22/08/2021.

Walker, M. J.. **The Impact of China's Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) on US 21<sup>st</sup> Century Order in Asia.** Disponível em: [https://www.academia.edu/38949282/The\\_impact\\_of\\_The\\_Chinas\\_Asian\\_Infrastructure\\_Investment\\_Bank\\_AIIB\\_on\\_US\\_21st\\_century\\_order\\_in\\_Asia?email\\_work\\_card=title](https://www.academia.edu/38949282/The_impact_of_The_Chinas_Asian_Infrastructure_Investment_Bank_AIIB_on_US_21st_century_order_in_Asia?email_work_card=title). Acesso em 10/06/2021.

Wallerstein, I. **The Capitalist World Economy.** Cambridge University Press, Cambridge, 1979.

Walz, K. **Theory of International Politics**. McGraw-Hill, Inc., New York, 1979.

Wan, M. **The Asian Infrastructure Investment Bank: The construction of power and the struggle for the East Asian international order**. Springer. 2016.

Wang, H. **New multilateral development banks: opportunities and challenges for global governance**. *Global Policy*, v. 8, n. 1, p. 113-118, 2017.

Weidong, Liu e Dunford, Michael. **Inclusive globalization: unpacking China's Belt and Road Initiative**. *Area Development and Policy*, 1:3, 323-340, 2016.

Weidong, Liu e Dunford, Michael. **A discursive construction of the Belt and Road Initiative: From neo-liberal to inclusive globalization**, *Journal of Geographical Science*,. 2018.

Winters, L. A. **Regionalism versus Multilateralism**. The World Bank, p. 1-76, 1999.

Yan, X. **From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement**. *The Chinese Journal of International Politics*, vol.7, 2014.

Yokozawa, T. W. O. **Defesa Comercial – Protecionismo dentro do Sistema: Análise do uso antidumping como protecionismo agressivo pelo paradigma brasileiro**. (Artigo Final do curso de Especialização em Relações Internacionais – Universidade de Brasília), Brasília, 2014.